

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO

Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em
um centro de acolhida da cidade de São Paulo.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO

Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social sob a orientação da Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

São Paulo

2011

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

A escolha pelo curso de Mestrado em Psicologia Social, assim como pela produção desta dissertação, me proporcionaram experiências únicas. Novos amigos, novas aprendizagens e muitos desafios. Inúmeras situações ocorreram neste período de dois anos: a minha saída da casa de meus pais; as mudanças de emprego; minha união homoafetiva reconhecida em cartório. Enfim, diversos “bons e maus encontros” aconteceram neste processo. Aliás, mais “bons” do que “maus”, pois o produto de todos eles me trouxe importantes amadurecimentos pessoais e profissionais. Porém, acredito que, fazendo uso da teoria descrita nesta dissertação, foi a partir das emoções alegres advindas das minhas relações com minha família, com minha amada companheira e ao lado de valiosas amizades, que encerro mais esta etapa desta longa jornada que é a vida.

Desse modo, agradeço, primeiramente, à professora Bader Sawaia, por sua receptividade, paciência, tolerância e confiança em meu trabalho, sempre com ricas e precisas orientações.

Aos professores: Marcos Garcia, que acompanha e apoia a minha trajetória acadêmica desde os tempos em que fiz aprimoramento no Hospital das Clínicas; e Salvador Sandoval, pela gentileza em compor a banca de defesa junto ao Marcos.

A todos os integrantes do NEXIN (Núcleo de Estudos em Exclusão / Inclusão Social), e em especial, a Margarida Barreto e ao Marlito Lima, pelo carinho e atenção que tiveram comigo, que ajudaram a estruturar boa parte do eixo teórico desta pesquisa;

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro cedido para o desenvolvimento deste estudo;

A todos os entrevistados que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa, bem como ao centro de acolhida, que se colocaram como facilitadores, sendo muito solícitos e respeitosos.

A minha família, Dona Maria de Lourdes e Seu Avelino, que não mediram esforços para me ajudar em todas as etapas desta vida. Que me apoiaram incondicionalmente, até mesmo quando questionados moralmente pelas facetas do destino.

À minha irmã, Maria Teresa, que posso contar com toda sua força e sua inteligência, pois em muitos momentos me espelhei nelas para seguir minha caminhada.

A todos os meus amigos, pelas noites em claro, pelas conversas, pelas risadas, pelas trocas, por todos os maravilhosos encontros que já me proporcionaram;

Ao Templo de Umbanda Aurora de Oxalá, onde encontrei conforto e força espiritual nos momentos de dificuldades.

À Jamila Casimiro, minha amada companheira, por tornar meus dias mais leves e alegres. Sua paciência e seu amor durante estes quase 5 anos me sustentaram nas situações mais difíceis e me proporcionaram intensidades maravilhosas.

RESUMO

A condição de se estar em situação de rua atrelada à vivência das sexualidades não hegemônicas (lésbica, gay, bissexuais, travestis e transexuais), produz situações específicas de sofrimento social pouco estudadas pela academia. Baseado na perspectiva da Psicologia Socio-Histórica, este trabalho tem como objetivo conhecer a dimensão ético-política do sofrimento da população LGBT que se encontra em situação de rua e a vivência destas sexualidades neste espaço social. Para tanto, utilizou-se procedimentos que permitiram analisar os afetos que tecem as relações de servidão geradoras de sofrimento nas vidas destas pessoas como: a compreensão da construção e vivência da sexualidade destes sujeitos imersos neste cenário, por observações, entrevistas e conversas com os mesmos. A coleta de dados foi realizada num centro de acolhida da cidade de São Paulo, onde foram realizadas onze entrevistas semidirigidas com frequentadores acolhidos no serviço. Também foram descritas e agregadas à discussão, informações acerca da observação espacial do centro de acolhida, bem como do diário de campo das experiências profissionais da pesquisadora com esta população. Dos onze entrevistados, foram escolhidos três sujeitos que se identificaram como lésbica, gay e travesti. Na análise das informações obtidas, ressaltaram-se cinco categorias de análise dentro da trajetória de vida destes sujeitos. Em cada uma delas, emergiram os núcleos dos sentidos do sofrimento advindos da perda de vínculos, do processo de construção e identificação da sexualidade, das situações de inclusão perversa (preconceito / servidão), mas também de emoções derivadas de alegria ligadas às viabilidades de suas potencialidades de ação.

Em termos teóricos, a pesquisa reforça o enfoque à afetividade, pois é ela que expõe, com maior nitidez, como o indivíduo é afetado pelas condições sociais. As reflexões permitem compreender que o sofrimento ético-político da população LGBT em situação de rua advém de uma trajetória de vida permeada por consecutivos processos de inclusão perversa, já que lhes foram socio-historicamente cerceados os acessos a outras possibilidades de espaços sociais, sendo designado a eles o lugar do abjeto. Todavia, percebe-se que as redes socioassistenciais apresentam paralelamente ao papel de reprodutora da política dominante de afetividade, a possibilidade de se tornar um espaço relevante de possíveis modificações desse cenário, por meio do reconhecimento e promoção da afetividade na trajetória de vida destes sujeitos. Ressalta-se que a Psicologia pode contribuir diretamente na construção de políticas públicas norteadas a partir dos fatores apresentados nesta dissertação, trazendo consigo a concepção de afeto como fenômeno ético-político para ser agregado às ações socioassistenciais.

Palavras chaves: população LGBT, situação de rua, sofrimento ético-político, exclusão / inclusão, sexualidade, potência de ação.

ABSTRACT

The condition of becoming homeless tied to the experience of non-hegemonic sexualities (lesbian, gay, bisexual and transgender), produces specific situations of social distress that have been little studied by academia. Based on the perspective of the Sociohistorical Psychology, this study aims to evaluate the ethical-political dimension of the suffering of LGBT people that are homeless and the living in of these sexualities in the streets. To this end, we used procedures that allowed us to analyze the affects that weave relations of servitude that caused suffering in the lives of these people as: understanding the construction and experience of sexuality of these persons immersed in this scenario by observations, interviews and conversations with them. Data collection was performed in a reception center in São Paulo, where eleven semi directed interviews were conducted with goers welcomed into the service. Were also described and aggregated in the discussion, information about the spatial observation of this place, as well, the field diary of the researcher's professional experiences with this population. Of the eleven interviewees, three were chosen as persons who identified themselves as lesbian, gay and transvestite. In the analysis of the information pointed to five categories of analysis inside the life trajectory of these subjects. In each of them emerged the nuclei of the meanings of suffering arising from the loss of the links, the construction process as identification of sexuality, the situations of perverse inclusion (prejudice / servitude), but also of emotions related to happiness derived from its potential viability of action.

In theoretical terms the research reinforces the focus on affection, for it is that more clearly exposes how the individual is affected by social conditions. These reflections enable us to understand that the ethical-political suffering of LGBT people that are homeless comes from a trajectory of life imbued by consecutive processes of perverse inclusion, since they were socio-historically constrained to the possibilities of access to other social spaces, being designated to them the place of the object. However, it is clear that the social networks present, parallel to the reproductive role of the dominant political affection, the possibility of becoming a relevant area to possible modifications of this scenario, through the recognition and promotion of affection in the life trajectory of these subjects. It is emphasized that psychology can contribute directly to the construction of public policies guided from the factors presented in this thesis, bringing the concept of affect as an ethical-political phenomenon to be added to the social assistance actions.

Keywords: LGBT people, homeless, ethical-political suffering, exclusion/inclusion, sexuality, power of action.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desenho da observação espacial do albergue.....	85
--	----

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	11
2- AFETIVIDADE COMO POTÊNCIA DE AÇÃO.....	17
<i>2.1 Afetividade como práxis e criatividade.....</i>	20
<i>2.2 Sofrimento ético-político.....</i>	27
3- A SEXUALIDADE COMO SIGNIFICADO SOCIO-HISTORICAMENTE CONSTITUÍDO.....	31
<i>3.1 A transformação sócio-histórica das categorias lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.....</i>	37
<i>3.1.1 A Homossexualidade na Antiguidade.....</i>	41
<i>3.1.2 A homossexualidade na contemporaneidade.....</i>	45
<i>3.1.3 A identidade de gênero e os corpos como abjetos.....</i>	54
4- A RUA COMO CENÁRIO NO PROCESSO DIALÉTICO DE EXCLUSÃO / INCLUSÃO SOCIAL.....	62
<i>4.1 A cidade e suas veias.....</i>	62
<i>4.2 Processos dialéticos da exclusão / inclusão social.....</i>	65
<i>4.3 Trajetórias de vida e o estar em situação de rua.....</i>	67
5- REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	72
<i>5.1 O desenrolar da pesquisa.....</i>	73
<i>5.2 Análise das entrevistas.....</i>	75

6- EXPOSIÇÃO DA REALIDADE OBSERVADA: SUJEITOS E CENTRO DE ACOLHIDA.....	77
6.1 A rede de acolhimento socioassistencial para população em situação de rua da cidade de São Paulo: breve retrato histórico.....	77
6.2 Descrições institucionais: o cenário do acolhimento.....	84
6.3 A trajetória dos sujeitos da pesquisa: um retrato.....	87
7- A ANÁLISE DOS DADOS: O SENTIDO DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NA POPULAÇÃO LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA.....	99
7.1 Família.....	99
7.2 Trabalho.....	102
7.3 Situação de rua.....	107
7.4 Drogas e dependência química.....	113
7.5 A rede socioassistencial.....	116
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
ANEXO A.....	135

1- INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em situação de rua. Sabe-se que a sexualidade é um fenômeno debatido em diversas áreas do conhecimento, onde resumidamente se dividem entre concepções “naturalistas” e, por outro lado, como um processo construído socio-historicamente. Atualmente, diversos autores da antropologia, como Weeks (2000) e Butler (1999) defendem o reconhecimento da sexualidade como uma concepção histórica, indagando o “naturalismo” como demarcador para delimitar a fronteira social da “normalidade”.

Apesar do aumento da exposição midiática brasileira em relação ao tema da orientação sexual e identidade de gênero, os paradigmas que cerceiam a sexualidade ainda interferem diretamente nas trajetórias de vida de quem as vivencia numa perspectiva não hegemônica. Desse modo, a construção histórica da organização moral no Brasil, mesmo com suas notáveis mudanças, ainda se mantém como reguladora entre “certo” e “errado”, sendo que tais normatizações promovem conseqüentemente a desigualdade, a discriminação e a exclusão social dos sujeitos que não se adéquam no perfil designado socialmente (Parker, 2002).

Quando atrelada à condição de estar em situação de rua, este cenário é ainda mais complexo. Entende-se sobre estar em situação de rua, como denominação de todos aqueles que, de alguma forma, moram nas ruas. O decreto que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua, define esta condição como a heterogeneidade de um grupo populacional, que possui tais características: a pobreza extrema; a ausência, perda ou depreciação dos vínculos familiares e a

ausência de moradia convencional regular, sendo que tais pessoas fazem uso de vias públicas ou espaços degradados como meio de moradia, e também dos serviços de acolhida socioassistenciais (Albergues, Hotéis Sociais e Moradias Provisórias) ¹.

Permeada, segundo Frangella (2006), por valores sociais masculinizados, o cenário da rua normatiza e não viabiliza o reconhecimento das sexualidades destes sujeitos, bem como as reprime. Curiosamente, por outro lado, a inserção da homossexualidade e da travestilidade, segundo a mesma autora, se dá pela via reguladora da repetição dos papéis sociais de gênero.

O processo de exclusão social da população LGBT em situação de rua perpassa também pela via da desqualificação social (Paugam, 2003). A perda ou a depreciação dos vínculos vivenciados por estes sujeitos acarretam uma ruptura total, identificada pela completa exaustão dos laços sociais com a família e o trabalho. Desse modo, o mesmo autor aponta a acumulação da exclusão em determinados grupos sociais, pela via da somatória de estigmatizações, gerando uma sociabilidade por conta da exclusão social.

Diante destes fatores, a vivência das sexualidades não hegemônica, atrelada à condição de estar em situação de rua, reverbera o sofrimento advindo das dores que emergem desta relação social, definido por SAWAIA (2002), como sofrimento ético-político.

A concepção de afetividade embasada na filosofia de Espinosa e nos estudos de Vygotsky orienta a conceituação do sofrimento ético-político (SAWAIA, 2002). Ambos afirmam a união entre razão e emoção, retirando as emoções da área dos

¹ Decreto Presidencial 7053/2009, instaurado em 23 de dezembro de 2009, que cria a Política Nacional para População em Situação de Rua.

instintos, exclusivamente, introduzindo-as no campo do conhecimento, da ética e da política, sem desligá-las do corpo.

Entretanto, o contexto da desigualdade social é permeado pela relação dialética entre exclusão e inclusão social. Neste cenário, a relação de servidão descrita por Espinosa (2007), impede os sujeitos de aumentarem suas potências de ação, transformando-os em servos do próprio sistema, e fazendo-os desejar a própria servidão. Todavia, Vygotsky (2001) descreve a criatividade como caminho alternativo para ultrapassar as fronteiras da servidão e acessar as potencialidades de ação, que conseqüentemente, ampliam as possibilidades do sujeito acessar a liberdade.

É partindo desta compreensão, que a presente pesquisa pretende colaborar com as reflexões acerca dos sofrimentos ético-políticos vivenciados pela população LGBT em situação de rua, no intuito de se criar subsídios teórico para auxiliar nas elaborações de propostas para as redes socioassistencias do município. Para tanto, escolhemos conhecer a trajetória de vida destes sujeitos visando compreender seus afetos e o quanto os serviços de acolhimento estão sensíveis a eles.

De acordo com Sawaia (2002), conhecer o sofrimento permite refletir sobre a experiência particular das questões sociais predominantes de cada período histórico. Conseqüentemente, ele se caracteriza como ético-político, por se originar como um significado da vivência cotidiana.

A Psicologia Social é uma referência para auxiliar no progresso deste conhecimento. Nesta dissertação, é destacada a abordagem socio-histórica, que oferece uma concepção de constituição da subjetividade pela via das mediações sociais e históricas.

No que diz respeito à temática da sexualidade, destacam-se autores como Butler e Weeks (1999), Foucault (1994), Fry (1982), Garcia (2007), Green (1999), Heilborn (2004), Parker (2002), Perlongher (1987), Pelúcio (2009), Oliveira (2004), Silva (2006), que contribuem para a compreensão da construção socio-histórica das sexualidades. Já os trabalhos de Escorel (1999) e Frangella (2006) embasam teoricamente as peculiaridades do cenário da rua, bem como os processos que levam a esta condição de se estar em situação de rua.

O interesse pelo tema da presente pesquisa surgiu de minhas experiências, tanto pessoais quanto profissionais. Tudo começou com minha monografia sobre travestis vivendo com HIV/Aids, elaborada no decorrer do aprimoramento realizado no Serviço de Extensão e Atendimento a Pacientes com HIV, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (SEAP HIV/Aids – HCFMUSP), onde obtive o título de especialista em Psicologia Clínica Hospitalar em Aids. No ano seguinte, iniciei minha experiência profissional, que perdura atualmente, em serviços da rede socioassistencial de acolhimento à população em situação de rua na região central da cidade de São Paulo.

Ao me deparar com o cenário da rua, curiosamente eu avistava a população LGBT em situação de rua, em regiões específicas do centro de São Paulo, e me questionava acerca das suas peculiaridades. Quando comecei a atendê-los, percebi a enorme dificuldade que se apresentava diante da rede socioassistencial no tocante ao acolhimento a este tipo de demanda. Em diversas vezes ouvi frases de funcionários como: “vestido desse jeito não entra”, ou “não aceitamos este tipo de pessoas aqui”. Também percebia a dificuldade no uso do nome social das travestis e

transexuais, com frases do tipo: “Sua vaga é masculina, não tem por que eu te chamar de mulher”.

A identificação com esta população era imediata. Curiosamente, minha orientação sexual possibilitou uma aproximação empática com esta população. Por fim, acabei me tornando referência para atender esta demanda na rua.

Atualmente, trabalho em um centro de referência que prioriza o acolhimento à população LGBT em situação de vulnerabilidade. Em decorrência, tenho mantido contato diário com esta demanda, fato que viabilizou ainda mais a construção da proposta desta dissertação.

Como objetivos gerais pretende-se, nesta dissertação, conhecer os sentidos do sofrimento ético-político da população LGBT que se encontra em situação de rua e a vivência destas sexualidades neste espaço social. Para tanto, buscaram-se procedimentos que permitissem analisar as relações de servidão geradoras de sofrimento nas vidas destas pessoas. No plano dos objetivos específicos, pretende-se analisar o sofrimento ético-político dentro da trajetória de vida e sociabilidade da população LGBT em situação de rua e conhecer como ocorre a construção e a vivência da sexualidade destes sujeitos imersos no cenário da rua, bem como se as redes socioassistenciais respeitam e reconhecem estas sexualidades.

A seguir, apresenta-se, inicialmente, um breve estudo, considerando os limites das condições para este trabalho, acerca dos estudos da afetividade, norteados pela filosofia espinosana e pelos estudos de Vygotsky, bem como a concepção sobre sofrimento ético-político, descrito por Sawaia (2002). No capítulo seguinte, discorre-se sobre o processo de construção socio-histórica da sexualidade, perpassando por todo caminho teórico que embasa finalmente a compreensão das

categorias da orientação sexual e da identidade de gênero. Encerrando a parte teórica deste trabalho, apresentam-se estudos sobre o cenário da rua como um processo dialético de exclusão e inclusão social. Posteriormente, no referencial metodológico, utiliza-se a perspectiva apoiada no materialismo dialético, referendada por Vygotsky (1994), que norteia os procedimentos para a coleta e análise de dados. No capítulo seguinte se expõe a realidade dos dados observados, acrescentando informações históricas acerca das políticas de assistência social para população de rua na cidade de São Paulo, bem como a descrição espacial do centro de acolhida em que foram realizadas as entrevistas e uma breve narrativa das trajetórias de vida dos 3 sujeitos entrevistados. A partir daí, procede-se a análise dos dados coletados, que foram organizados em 5 categorias de análise, onde se discutem os núcleos de sentidos imersos a cada categoria escolhida. Finalmente, apresentam-se as considerações finais que reúnem os principais focos de discussão e as implicações gerais do estudo, que permitem pontos de partida para novas reflexões acerca do tema.

2- AFETIVIDADE COMO POTÊNCIA DE AÇÃO

Este capítulo pretende apresentar o referencial teórico que orienta a concepção de afetividade da presente pesquisa. Destacam-se os estudos de Espinosa e Vygotsky, bem como Sawaia (2000), que, referendada nestes autores, acrescenta o conceito de sofrimento ético-político.

A dicotomia entre razão e emoção sempre esteve presente na história da Psicologia, sendo que a emoção era considerada ameaçadora à virtude e ao conhecimento da verdade (LANE, 2003).

Escapando a esta tradição, Sawaia (2000) faz uso da filosofia de Espinosa e da teoria de um dos seus introdutores na Psicologia: Vygotsky. Ambos afirmam a união entre razão e emoção, retirando as emoções da área dos instintos, exclusivamente, introduzindo-a no campo do conhecimento, da ética e da política, sem desligá-las do corpo.

Espinosa (2007) é um filósofo monista que concebe mente e corpo, razão e emoção constituídos por uma mesma substância. Dessa forma, o que afeta o corpo afeta a mente, e tudo que existe na mente é afetação do corpo.

Segundo Bove (2010), Espinosa compreende a realidade dos afetos excluindo a ideia de finalidade advinda das cisões deterministas. Para isso, Bove (2010) comenta que:

(...) busca-se a causa dos afetos, considerada como se desenvolvendo dentro de um campo natural. Obviamente isto exclui o sobrenatural; além disto, a natureza em questão é vista como *imane*nte (BOVE, 2010, p.26)

Sawaia citando Espinosa afirma que o homem é um grau de potência, uma força para se conservar, perseverar na própria existência, um esforço de resistência que o filósofo chama de “*conatus*” e também de apetite, quando no corpo, e de desejo, quando o apetite é consciente (SAWAIA, 2009)

Estas ideias de Espinosa são significativas para entender o papel dos afetos na vida ético-política. O afeto não é uma categoria psicológica, mas psicossocial. Ele se realiza nos encontros, relacionado ao grau de potência de ação que neles se alcança. Nos bons encontros que compõe o corpo e a alma, a potência de vida aumenta, possibilitando o sentimento de alegria:

(...) A *alegria* é definida por Espinosa como a sensação que experimentamos quando nossa potência aumenta, e a *tristeza* é o efeito de um encontro que diminui nossa potência de agir. Há uma significação psicológica nesses termos, na medida em que se trata da sensação vivida ou experimentada pelo ser em questão. (...) (BOVE, 2010 – p. 27)

Para Espinosa (2007), não existe um corpo concretamente determinado, nem uma alma livre e não determinada, mas há uma unidade. Para este filósofo, as afecções advêm da mesma necessidade e força que as outras coisas singulares.

Por esta razão, é pelas afecções do corpo e da mente que a potência de agir e de pensar se eleva ou diminui.

Assim, ele demonstra que o afeto é propulsor das ações humanas, colocando-o como essencial para a própria existência e para constituição da ética. Para Espinosa (2007) a capacidade de afetar e ser afetado é significativa na vida ética. E é pelo “contaus” que somos impulsionados a afetar e ser afetados, por meio de bons ou maus encontros e que são vias de emoções alegres ou tristes.

Diante disto, Espinosa (2007) considera que as emoções são positivas e não devem ser combatidas, pois direcionam o sujeito para a realização da sua potencialidade. Todavia, também podem ser paixão (passividade), quando causado no sujeito pelo poder de causas externas, por via da imaginação, sendo ela dos outros ou de nós mesmos e podendo ser alegres ou tristes. Neste caso, Brandão (2008) explica as diferenciações entre paixões para Espinosa:

As paixões alegres (...) resultam em efeitos positivos, aumentando a potência do indivíduo, mas não são tão fortes, pois dependem de causas externas. Já as paixões tristes (...) são sempre fonte de tristeza e de sofrimento, pois diminuem a potência o indivíduo.” (BRANDÃO, 2008, p.89)

É por esta via que se constitui o caráter ético-político dos afetos em Espinosa (2007). São eles, produzidos nos encontros que provocam a transição de um estado menor de autonomia ao de maior autonomia. Para superar as paixões, é preciso superar a imaginação, por meio da razão.

Segundo Brandão (2008), a imaginação, somada com a opinião, constituem o primeiro nível de conhecimento do homem para Espinosa, sendo que fazem parte das coisas advindas por experiência vaga. Por isto, as imagens percebem os efeitos, mas desconhecem as causas.

Em síntese, Espinosa se propõe a trabalhar os afetos para entender a servidão e a liberdade humana. Para ele, o acesso à liberdade e à felicidade são indissociáveis, sendo elas realizadas na existência pela via dos bons encontros.

2.1 Afetividade como práxis e criatividade

As teorias de Vygotsky constituem a compreensão de processos da Psicologia dentro da tradição filosófica marxista, concebendo o desenvolvimento psicológico humano como processo socio-histórico. Influenciado pela filosofia espinosana, ele critica a dicotomia das teorias dominantes na época, onde se estabelecia a cisão entre mente/corpo e razão/emoção, sendo que o estudo das emoções limitava-se a um subproduto de reações químicas no corpo ou na mente, ou especificando apenas uma dessas partes.

SAWAIA (2000) comenta que:

(...) a separação entre o aspecto intelectual de nossa consciência, o afetivo e o volitivo é um dos defeitos mais graves da psicologia que impede a possibilidade de explicar a gênese do pensamento, os seus motivos, suas necessidades. Afirma (VYGOTSKY) também que admitir que o pensamento

depende do afeto é fazer pouca coisa, é preciso ir mais além, passar do estudo metafísico ao estudo histórico dos fenômenos: é necessário examinar as relações entre o intelecto e o afeto, e destes, com os signos sociais, evitando reducionismos e dualismos (SAWAIA, 2000²).

Frente a tais questões, Vygotsky se lança na construção de uma teoria amparada pelo monismo advindo das ideias de Espinosa e a dialética de Marx. Para compreender o método dialético, VYGOTSKY (1994) ressaltava que não podia ater-se às aparências das coisas apresentadas na realidade. Sendo assim, o método deveria focar no processo e não no produto. Ele é visto com algo dinâmico, que agrega em si fenômenos (culturas, valores, ideias, tradições, posições sociais, etc.) que se articulam dentro do processo.

Diante disso, Vygotsky utiliza o método dialético de Marx para superar a cisão presente na Psicologia e aprofundar-se nos estudos das emoções e das relações humanas.

Vygotsky contribuiu com o entendimento do homem nas bases histórico-dialéticas, onde a emoção deixa o papel de “vilã”, e passa ser estrutura sólida e essencial no processo de consciência e desenvolvimento/emancipação dos sujeitos. Segundo ele:

² Dados retirados do artigo: SAWAIA, Bader B. *A emoção como lócus de produção do conhecimento – Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa*. In: III Conferência de Pesquisa Sócio-cultural. UNICAMP. Campinas, 2000 Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1060.doc>. Acessado em 18 Julho de 2010.

A espécie humana não vai parar de arrastar-se diante de Deus, czares e do capital apenas para curvar-se obediente diante das leis sombrias da hereditariedade e da seleção sexual cega. (...) O Homem estabelecerá para si a meta de dominar seus próprios sentimentos, elevar os instintos à altura da consciência para torná-los transparentes, criar pontes entre a vontade e o oculto (...) e, assim, elevar-se a um novo nível para criar um tipo biológico social superior, um super-homem. (VYGOTSKY,1991, p.69 apud SAWAIA, 2000).

Como já relatado, Vygotsky referencia sua teoria na filosofia de Espinosa. Nela, corpo e mente são oriundos da mesma substância. Portanto, Espinosa criticou a cisão feita por Descartes entre mente e corpo, defendendo que “(...) *a alma vale e pode o que vale e pode seu corpo. O corpo vale e pode o que vale e pode sua alma.*”. (apud CHAUI, 1995)

Segundo SAWAIA (2002):

Corpo é matéria biológica, emocional e social, tanto que sua morte não é só biológica, falência dos órgãos, mas social e ética. Morre-se de vergonha, o que significa morrer por decreto da comunidade (SAWAIA, 2002, p. 101).

A emoção e o sentimento para Vygotsky (1994) são oriundos do cotidiano e ocorrem durante os processos de intersubjetividade, os quais afetam diretamente o

sistema psicológico. Tais processos (biológico, exterior e psíquico) são responsáveis diretamente pela construção da ação e do pensamento no sujeito.

Neste aspecto, é possível perceber que Vygotsky agrega em suas obras³ a ideia de Espinosa (2007) acerca da impossibilidade de se refletir sobre a emoção como vivência simplesmente passiva do ser, onde não se integra nenhuma natureza ativa. Vygotsky aponta em sua teoria que a motivação essencial das ações advém das emoções.

Para Vygotsky (2001), o significado orienta a organização na construção da consciência. Ele agrega em si as vivências sociais experimentadas pelo sujeito. Quando, no processo de desenvolvimento, a criança começa a atribuir significados aos objetos, pensamento e linguagem se cruzam e, por consequência, o pensamento se torna verbal e a fala se torna racional. Esse é um momento de grande importância no desenvolvimento do sujeito: o significado é a convergência do pensamento e da linguagem, e é também nesta convergência que surge a palavra.

Ressalta-se que, por ser um fenômeno intersubjetivo, o significado possui uma construção sócio-histórica. Segundo MOLON (1999):

Parte-se do pressuposto de que a atividade humana é uma atividade mediada socialmente e produtora de significados, isto é, uma atividade mediada semioticamente que acontece no campo da intersubjetividade. (MOLON, 1999, p.2)

³ Vide Vygotsky, L. Psicologia Pedagógica. 3ªed. Martins Fontes, São Paulo, 2004.

Para Vygotsky (2001), a palavra tem dois sentidos: um deles é o sentido, infinitamente variável, pois advém da somatória de todos os eventos psicológicos que ela reverbera na consciência do sujeito. Desse modo, sua construção é dinâmica e complexa, onde existem conjuntos de estabilidade variados. Por sua vez, o significado é apenas uma destas zonas do sentido que a palavra carrega no tocante aos conteúdos designados e consolidados social e historicamente.

Segundo Aguiar (2006) apud Zozzóli (2009), o sentido é, deste modo, mais extenso que o significado. Ele faz menção às necessidades que movimentam o sujeito, além de construírem seu ser e provocarem maneiras que o direcionam a atividade. Ressalta-se que, tendo as emoções como elemento, a constituição das necessidades não acontece intencionalmente. Consequentemente, elas são dinâmicas e não direcionam o comportamento. Aguiar (2006) comenta que:

Quando o sujeito age no mundo a partir de suas necessidades, significando algo na realidade como capaz de satisfazê-las, pode-se dizer que essas necessidades se configuram em motivos. Esse movimento modifica o sujeito e cria novas necessidades e novas formas de atividades. (AGUIAR, 2006 apud ZOZZÓLI, 2009, p.30)

Portanto, o entendimento dos processos em que os motivos se transformam auxilia na compreensão do processo de construção dos sentidos, da racionalidade e do afetivo.

Tais pressupostos de Vygotsky indicam seus princípios de construção da consciência pela natureza social, bem como pela origem social das funções psicológicas superiores:

Todas as funções psicológicas originam-se das relações sociais, são funções de natureza histórica e de origem sócio-cultural, isto é, são mediadas. (Vygotsky, 2000 apud MOLON, 1999 p.2).

A intersubjetividade proporciona a significação do eu, ou seja, com as subjetividades atribuídas de causas externas, o sujeito constitui a consciência da própria subjetividade. MOLON (1999) relata que:

A consciência da própria subjetividade aparece na relação “eu-outro”, nesse sentido, a consciência da subjetividade e a penetração no universo da significação somente acontece no campo da intersubjetividade, configurado como o lugar do encontro e do confronto e como o palco de negociações dos mundos de significação privados e públicos. (MOLON, 1999, p.5)

Sendo assim, o processo de significação se torna relevante para a compreensão da constituição da consciência do sujeito. Porém, Molon (2009) aponta para necessidade do questionamento das relações sociais que acontecem entre os sujeitos para além da compreensão do fenômeno psicológico.

Vygotsky demonstra em sua teoria que as emoções interferem nos nexos entre as funções psicológicas superiores. Pelo fato de serem mediadas pelos significados, elas fazem emergir uma ação pela via de uma ideia. Sendo assim, as reações do cérebro frente às emoções seriam desencadeadas não somente por processos neurológicos, mas sim em réplica ao significado.

A essência da emoção para Vygotsky está em ser experimentada pelo corpo e mente, mediados pelos significados. Ela é a base da liberdade, pois também se coloca como base para criatividade. Vygotsky constrói sua concepção de psiquismo como um sistema integrado de funções psicológicas, sendo que todas se relacionam entre si e são mediadas pelo contexto social. Somente a partir dos afetos é que este sistema gera novas conexões ou altera as mesmas, se estendendo a todas as funções psicológicas iniciais.

Vygotsky valoriza a motivação em sua teoria, pois considera ela a base afetivo-volitiva de nossa consciência e pensamento. Conseqüentemente, é na criatividade que, ligada diretamente a imaginação mediada pelas emoções, se vislumbra as possibilidades do sujeito de atuar com a liberdade:

Toda emoção faz uso da imaginação, pois é ela que amplia a experiência, permitindo ao sujeito se apropriar da experiência de outros, associar acontecimentos carentes de vínculos racionais, mudar o passado, antecipar o futuro e, assim, promover transformações (SAWAIA, 2010, p.369).

Portanto, considera-se que a capacidade de se criar significados é uma atividade revolucionária, tornando a criatividade possível e transformando a regulação social e biológica em mediação. (NEWMAN, F. & HOLZMAN, L., 2002).

Em suma, os estudos das emoções possibilitam um olhar aprofundado da população LGBT em situação de rua, pois é por esta via que surgem os sentidos a respeito de suas potencialidades de ação e, por outro lado, dos processos de desigualdade social que geram o sofrimento ético-político.

2.2 Sofrimento ético-político

Sawaia (2002) propõe o conceito de sofrimento ético-político para afirmar sua raiz socio-histórica. Para ela, a ética resulta das relações sociais e das condições históricas e se expressa no cotidiano, na singularidade, em forma de afetos.

A mesma autora relata que o sofrimento ético-político reverbera as dores surgidas de situações sociais no tocante à inferioridade e à desigualdade social. Segundo ela:

O sofrimento ético-político é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetido à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor de todos (SAWAIA, 2002, p. 102).

É no contexto de uma relação dialética entre exclusão e inclusão que nasce o sofrimento ético-político. Tal dialética advém de um sistema que tão somente se sustenta pela miséria e servidão. Na teoria marxista, é possível perceber claramente esta afirmação no que diz respeito à alienação. O sistema capitalista inclui perversamente as pessoas, alienando-as, e as esvaindo das características humanas. Neste caso, se retomarmos Espinosa, diríamos que este sistema priva os sujeitos de aumentarem suas potências de ação, transformando-os servos do próprio sistema, desejando a própria servidão.

(...) o que queremos enfatizar ao optar pela dialética exclusão/inclusão social e para marcar que ambas não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. (SAWAIA, 2002, p.108).

Sendo assim, o sofrimento ético-político, que se caracteriza pela *“dor social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”* (SAWAIA, 2002, p.104), é a consequência de todo processo de inclusão perversa que se repete nas relações sociais.

Porém, mesmo frente a este cenário desolador, onde o sofrimento ético-político não é responsabilidade nem culpa dos que são afetados, a criatividade e o desejo de liberdade não são eliminados. Eles estão engolfados pela servidão, mas a potência de perseverar na própria existência não foi destruída. Os homens são

portadores de desejo e almejam emancipação. Sawaia (2000) faz uso das teorias de Vygotsky e da filosofia de Espinosa para aludir que a Psicologia deve compreender as emoções, apropriando-se acerca de sua gênese, ao invés de se colocar contra ela e dominá-la, pois ela será de extrema relevância para auxiliar no entendimento destes processos de sofrimento ético-político.

Sawaia (2009) faz uso da teoria de Vygotsky para ressaltar que nossa capacidade de ultrapassar as fronteiras da passividade para atividade só é viável por meio da relação com o outro, nos tornando comprometidos socialmente pela via ontológica.

O complexo cenário onde emergem as emoções e os sentimentos apresenta um caráter político. Segundo Sawaia, (2000) os afetos podem se colocar como sentinelas da liberdade, como também podem ser sucumbidos pela desmesura do poder sobre o outro. Tal fato ocorre por via de uma normatização sobre a forma de pensar e de se emocionar regida pela sociedade. Entendem-se estas determinações como políticas de afetividade, sendo elas definidoras das emoções e sentimentos pertencentes a cada gênero, idade, classe social, momento histórico, dentre outras categorias. A política de afetividade pode vir a ser uma tática de naturalização das diferenças e, por consequência, da validação da exclusão.

As políticas de afetividade enviesadas para tais normatizações são o eixo estrutural dentro do processo do sofrimento ético-político. Compreendendo-se que as emoções são o alicerce para transformação do sujeito, é preciso trabalhar em prol da autonomia do mesmo, indo contra essas políticas de afetividade. Por outro lado, para que tais situações de conflito frente ao sofrimento ético-político sejam

alteradas, é necessário entrar em contato com todas as peculiaridades das vivências sociais dos sujeitos, para posteriormente se elaborar políticas públicas atreladas à realidade condizente e reconhecida pela via da afetividade enquanto propulsora das potencialidades dos indivíduos.

É partindo desta compreensão, que faz sentido discorrer sobre a construção sócio-histórica da sexualidade, para então adentrar no campo dos processos dialéticos da exclusão/inclusão social da população LGBT em situação de rua.

3- A SEXUALIDADE COMO SIGNIFICADO SOCIO-HISTORICAMENTE CONSTITUÍDO

A sexualidade é mais do que simplesmente o corpo, ela está ligada às crenças, ideologias e imaginações que vão além do físico. A sexualidade, nesses termos, é uma construção socio-histórica (WEEKS,1999). Essa concepção se difere do “naturalismo” que entende as propriedades de um todo complexo por referência a uma suposta natureza, explicando os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos.

O mesmo autor relata que fatores de cunho ideológicos e culturais no campo da sexualidade constroem noções associadas aos corpos masculinos e femininos como versões hierárquicas e verticalmente ordenadas. Dentre esses fatores, destacam-se: as diferentes relações de poder instituídas entre homens e mulheres; a idéia da heterossexualidade como sendo a única verdadeira e normativa; a visão de que a sexualidade da mulher deveria estar ligada à passividade, ingenuidade e funções reprodutoras; as instituições religiosas e educacionais como ditadoras de paradigmas sobre as vivências da sexualidade.

Butler (1999) defende tal perspectiva, afirmando que:

(...) Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de correr) através de certas práticas altamente reguladas. (...) o “sexo” é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. (BUTLER, 1999, p.154)

Para Butler (1999), o “sexo” regula a viabilidade de existência dos sujeitos, qualificando um corpo para sua vida. Por isso, a autora entende que é através da instauração da “matriz sexual” que a inteligibilidade cultural de gênero naturaliza corpos, gêneros e desejos. Neste caso, a identidade de gênero seria anterior à própria constituição da identidade subjetiva, pois “(...) *as pessoas só se tornam inteligíveis quando adquirem um gênero ajustado às normas reconhecíveis da inteligibilidade de gênero*”. (BUTLER, 2003, p.37)

Pelúcio (2009, p. 47) discorre sobre as ideias de Judith Butler no tocante a inteligibilidade para compreender os espaços de abjeção que alguns corpos acabam por ocupar, onde suas existências aparentemente não apresentam relevância para sociedade. Mais à frente, veremos que, na verdade, a importância destes abjetos é de preencherem um espaço de “exclusão” com caráter higienista, visando demarcar o limite da “normalidade”.

Historicamente, a sexualidade humana sofreu diversas associações de significados atribuídos às diferenças biológicas entre homens e mulheres. Desta forma, estas diferenças biológicas foram sendo transformadas em questões sociais. Sendo assim, entende-se por gênero o conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo biológico (ZAMBRANO, 2006).

O termo gênero enfatiza todo um sistema de vínculos e relações em torno do sexo, mas o mesmo não é determinado diretamente pelo sexo e nem pela sexualidade.

A visão binária da sexualidade, dividida entre masculino e feminino, a heterossexualidade como norteadora e detentora de uma verdade acerca do corpo humano e do caráter dos sujeitos e o nascimento dos neologismos heterossexualidade e homossexualidade advém do seguinte contexto, segundo Weeks (1999):

(...) O contexto no qual estes neologismos emergiram é importante: eles foram desenvolvidos em relação a uma tentativa anterior de colocar na pauta política da Alemanha a questão da reforma sexual, em particular, a revogação das leis antissodomitas. Eles eram parte de uma campanha embrionária (...) de definir a *homossexualidade* como uma forma distintiva de sexualidade: como uma variante benigna, aos olhos dos reformadores (...). Até aqui, a atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico tinha sido tratada sob a categoria geral de sodomia. (...) Aqueles que, no princípio, promoviam campanhas que buscavam mudar as atitudes em face das relações com o mesmo sexo estavam ansiosos para sugerir que a homossexualidade era a marca de um tipo distintivo de pessoa. (WEEKS, 1999, p.61)

O desenvolvimento destes termos emerge, segundo Weeks (2000) no final do século XIX e começo do século XX, no momento em que se aprofundam as definições sobre os tipos e as formas dos comportamentos e identidades sexuais. Entretanto:

(...) As implicações das palavras mudaram de forma sutil. A homossexualidade, em vez de descrever uma variante benigna da normalidade, como originalmente pretendia Kertbeny, tornou-se, nas mãos de sexólogos pioneiros como Krafft-Ebing, uma descrição médico-moral. A heterossexualidade, por outro lado, como um termo para descrever norma até então pouco teorizada, passou, lentamente, a ser usada ao longo do século XX. (WEEKS, 1999, p.62)

Diante destas cisões determinantes para construção de termos ligados a sexualidade, pode-se concluir que a organização social da sexualidade é fluída e dinâmica, sendo ela modelada por episódios e circunstâncias históricas complexas. (WEEKS, 1999)

No final do século XIX, apresenta-se a necessidade de redefinição das normas sexuais, até então não categorizadas, atrelada diretamente ao processo de entendimento e definição do que seria a anormalidade. Weeks (1999) reforça que ambos os processos históricos estão intimamente conectados. A sexologia constrói a diferenciação entre a masculinidade e a feminilidade normais a partir das distinções biológicas entre homens e mulheres, bem como categoriza as inúmeras práticas sexuais pela verticalização e hierarquização distinguindo as normais e as anormais.

Porém, Weeks (1999) sugere que a história social da heterossexualidade apresenta complexidades muito maiores, trazendo dentro de seus elementos, processos históricos fluidos que a afirmam enquanto instituição, tais como: mudanças na vida familiar; padrões cambiantes de emprego e acesso (mesmo que

ainda desigual) da mulher para força de trabalho assalariado; mudança nos padrões de fertilidade e novas tecnologias a cerca do controle de natalidade e aborto; a ênfase no século XX ao “sexo com prazer”, dentre outros processos transformadores históricos.

Diante deste cenário, a identidade sexual torna-se um conceito direcionador para construção social de cada sujeito, refletindo a partir do que discorre Lane (1999), onde *“o ser humano deve ser visto como produto de sua relação com o ambiente e o ambiente com produto humano, sendo, então, basicamente social”* (LANE, 1999, p.82). Assumir a homossexualidade refere-se pertencer a uma posição distinta em relação à “normalidade” social prevalecente. Por isso, no caso, entende-se socialmente a heterossexualidade como um pressuposto.

Heilborn (2004) reintroduz as ideias de Mathieu, importante antropóloga feminista que enfatiza a relevância do entendimento sobre a constituição sócio-histórica dos corpos. Esta autora conceitualiza três modos de relação entre sexo e gênero, e conseqüentemente, nos aproxima da compreensão sobre identidade sexual. Heilborn (2004) afirma:

A autora (Mathieu, 1990, p. 229) argumenta que o ultrapassar das fronteiras de pertencimento a sexo ou gênero pode ser transgressão de uma norma, sem que, contudo sua resolução fira a definição sistêmica da relação entre sexo e gênero. Isto significa que, se em um nível de situação a homocorporalidade se apresenta como transgressão, em outro, é coerente

com as relações gerais estabelecidas entre sexo e gênero (HEILBORN, 2004, p. 26)

O primeiro modo refere-se à heterossexualidade como expressão imutável, por conta de uma suposta necessidade de adequação entre os traços psicossociais e os traços biológicos. Neste caso, a relações entre pessoas do mesmo sexo somente será plausível diante da presença dos papéis sociais: masculino e feminino, designados para cada integrante do casal homossexual. Para tanto, neste primeiro modo, faz-se necessário o reencontro do modelo de bipartição psicossocial da identidade. De tal modo, *“Esse modelo é em tudo coerente como o modelo tradicional das relações homocorporais masculinas na sociedade brasileira”*. (FRY, 1982 *apud* HEILBORN, 2004, p. 47).

O segundo modo insere a possibilidade de agregar todas as formas de sexualidade sem se situar concretamente dentro da formação anatomofisiológica. Enquadrando-se essencialmente na homocorporalidade masculina, é possível infringir o sexo pelo gênero. Segundo Heilborn (2004):

É nessa moldura que Mathieu (1995, p.251) enquadra a possibilidade de a homocorporalidade masculina, mesmo em contextos de reprovação, ser a expressão máxima da consciência de grupo sexuado enquanto grupo dominante (HEILBORN, 2004, p. 47).

Para se adequar a norma “hetero-gênero”, um dos parceiros assume feminilizar-se no tocante ao gênero temporariamente, admitindo-se então, uma flexibilidade de comportamentos influenciados diretamente pela cultura.

Por último, no terceiro modo apresenta-se a renúncia destas categorias normativas de gênero, visando formar uma nova definição de sexo. Tais regras são concebidas como estranhas em relação ao que corresponde a própria realidade biológica do sexo. Heilborn (2004) comenta que:

A concepção da homossexualidade no modo 3 incorpora a atitude política de luta contra o gênero heterossexual e heterossocial; é uma estratégia de resistência (HEILBORN, 2004, p. 48).

Nitidamente, percebe-se no modo três um conflito expressado nos casais do mesmo sexo em aceitar a bipartição e todos os seus conteúdos heteronormativos, visivelmente característicos do primeiro e segundo modos.

Diante deste cenário tão complexo inserem-se as nomeadas “categorias” da pluralidade sexual, que explicarei especificadamente a seguir.

3.1 A transformação socio-histórica das categorias lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Para adentrar no tema, é de suma relevância apresentar a construção histórica da heterossexualidade, tendo em vista o caráter normativo que esta

categoria adquiriu na história. Porém, é relevante iniciar pela construção da masculinidade como gênero norteador e dominante na sociedade.

O termo masculinidade surge no século XVIII na tentativa de se estabelecer critérios específicos de distinção entre os sexos (OLIVEIRA, 2004, p. 13). Porém, o processo para o entendimento da construção histórica da masculinidade vai para além desta simples necessidade de cisão. Neste percurso, a masculinidade agregou em si o poder de orientar e formular juízos, associações sociais e se colocou como uma estruturadora de outros lugares simbólicos.

Este espaço simbólico da masculinidade se torna um “modelador” de atitudes, comportamentos e emoções como normas a serem seguidas, sendo que se reconhece enquanto “homem” aquele que as adota, bem como não há contestação pelos outros que carregam tais símbolos.

Para Oliveira (2004), este enraizamento simbólico da masculinidade atinge instituições que foram relevantes para a construção do entendimento contemporâneo sobre o termo. Características positivas como valentia, firmeza, inteligência e imponência, foram diretamente associadas com a masculinidade e almejadas como uma qualidade onde toda sociedade deveria desejar e projetar.

Na mão contrária, a feminilidade se torna um temor mais relevante que uma suposta imaturidade. O autor acrescenta que, pela via da ideia de “*mente sã num corpo são*”, no século XIX, implantou-se um significativo divisor de águas, num processo de desqualificação daqueles que não se encaixavam no perfil burguês de masculinidade, tais como negros, judeus, homossexuais, loucos, bem como a

própria inferiorização da mulher. É importante ressaltar que tais ideais começaram a ser usados e introduzidos no cotidiano. Segundo Oliveira (2004):

O processo de subjetivação quase que se igualava ao processo de sujeição presentes nas forças armadas, nas escolas, nos conventos, internatos, colégios, quartéis, presídios, fábricas, hospitais, asilos, etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 63).

Já na contemporaneidade, a epidemia da AIDS reverberou discussões trazidas para a esfera pública de temas como as relações extraconjugais e homossexuais. Os efeitos das mesmas desencadearam novas reflexões acerca de negociações femininas diante de práticas sexuais seguras, questionando a configuração engessada em que prevalecia a normatização masculina no tocante ao cenário da heterossexualidade padrão.

Nota-se aqui a enorme influência da masculinidade dentro da heterossexualidade.

O termo heterossexualidade advém de uma necessidade de organização social, estruturada em costumes tradicionalmente cristãos. SILVA (2006) cita GUASCH (2006) sobre o termo:

Heterossexualidade, Um monstro lingüístico. Ortossexualidade seria mais correto e mais lógico, ortodoxia e heterodoxia. O primeiro termo para quem

vive sua sexualidade de acordo com o estabelecido; segundo para quem discrepe dele. Um erro histórico que condiciona negativamente a vida de milhões de seres humanos e que limita a experiência de seus afetos e das suas emoções (GUASCH, 2006, p. 17 *apud* SILVA, 2006, p.13).

Segundo o autor, a heterossexualidade nega qualquer forma de diferença, diversidade e discrepância em suas raízes de conceituação. Sua idéia esclarece a construção da sexualidade, atando o ser humano em uma única via possível de desejo e afeto.

Segundo SILVA (2006)

Essa perspectiva do que seja a heterossexualidade funciona como estratégia de manutenção do poder, possibilitando as escrituras de uma memória e de uma história oficial opressora, traumatizante, visto impossibilitar a emergência do dissenso, da diversidade e da diferença. Ao contrário, se a heterossexualidade passa a ser um fenômeno histórico, construída e contextualizada, o mito que não permite o uso da palavra se rompe e permite que o *logos* traga à luz outras formas de sexualidade, assim, o pluralismo, o resgate da democracia e da própria política. (SILVA, 2006, p.14)

Percebe-se que, apesar das transformações e questionamentos, a masculinidade e a heterossexualidade ainda permanecem como ideais norteadores de felicidade e viabilidade de sucesso na sociedade.

Por esta via, faz-se necessário discutir sobre as homossexualidades e as identidades de gêneros, levando em conta as influências normatizadoras da heterossexualidade nestas relações.

3.1.1 *A Homossexualidade na antiguidade*

Segundo Foucault (1984), o ato sexual foi dotado de diversas significações reguladas pela masculinidade na Antigüidade, ao passo que o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte. O ato sexual deveria acontecer exclusivamente numa relação monogâmica e visando unicamente à procriação e reprodução da espécie humana. Em relação ao comportamento homossexual, o cristianismo o desqualificava e o excluía rigorosamente, ao passo que a Grécia o teria exaltado e Roma, aceito, pelo menos entre homens (FOUCAULT, 1984, p.17).

(...) Os jovens com uma perda de sêmen carregam em todos os hábitos do corpo a marca da caducidade e da velhice; eles se tornam relaxados, sem força, entorpecidos, estúpidos, prostrados, curvados, incapazes de qualquer coisa, com a tez pálida, branca, efeminada, sem apetite, sem calor, os membros pesados, as pernas dormentes, uma extrema fraqueza, enfim, numa palavra, quase que totalmente perdidos. (...) Essa doença em si mesma vergonhosa é perigosa no que leva ao marasmo, nociva à sociedade na medida em que se opõe à propagação da espécie: por que ela é, em todos os aspectos, a fonte de uma infinidade de males, exige socorros urgentes (FOUCAULT, 1984, p.18).

Por outro lado, SILVA (2006) ressalta que, apesar da relativa “aceitação” do desejo sexual entre homens, tais relações amorosas e sexuais eram entendidas como relações de poder, ou seja, o homem viril e ativo poderia ter relações com mulheres e até outros homens sem ferir sua reputação, mas sempre numa posição de dominação.

Podem-se considerar as primeiras doutrinas cristãs como primeiros grandes textos dedicados às práticas sexuais na vida de casado. FOUCAULT (1984) fala a respeito da tradução de L. Renaud (1834) feita de Areteu sobre uma “gonorreia caracterizada por um fluxo involuntário e fora do coito, do humor espermático e misturado com humor prostático. Essa doença vergonhosa é frequentemente excitada pela masturbação e é sua consequência”. A doença relatada simboliza algo pecaminoso por ter sido adquirida fora do coito, através da masturbação.

Amizades apaixonadas e leais entre homens fazem parte da epopeia homérica desde o século VIII a.C. Entretanto, somente dois séculos mais tarde foram localizadas as primeiras indicações de atividade sexual de fato. Tais indicações derivam de vasos ou jarras gregas, que representavam homens mais velhos mantendo relações de intimidade, em diferentes graus com adolescentes homens, desde a conversa e oferecimento de presente, ao abraço e à cópula.

Na Grécia Antiga eram inexistentes substantivos que designam homossexualidade ou heterossexualidade, uma vez que todos os indivíduos do sexo masculino amavam e desejavam sexualmente tanto homens como mulheres, ou seja, eram aceitas condutas homossexuais e heterossexuais no mesmo indivíduo.

As formas de conduta homossexual eram permeadas pela legislação de Atenas, sendo que, para os cidadãos, o relacionamento homossexual era somente aceito entre um homem maduro (Erastes), e um jovem, entre 13 e 17 anos de idade (Eromenos). Este hábito se relacionava com a ideologia pedagógica, na qual o homem maduro era mentor e modelo do jovem. Deveria haver um amor mútuo entre os dois, porém, o desejo e excitação erótica apenas ocorreriam com o homem mais velho. Além disso, somente o adulto se responsabilizava pela introdução intra-crural (a movimentação do pênis entre as coxas do jovem) que acontecia com o jovem, sendo ele passivo ao ato. O jovem só se submetia ao mais velho após um período de corte assinalado por presentes pelo mais velho, e para mostrar gratidão, concedia-lhe o favor erótico. A felação, o sexo anal, e a masturbação eram exclusividade do âmbito da arte e no mito pelo domínio dos satiros, sendo eles representações semi-humanas daquilo que é bárbaro ou inaceitável.

Um cidadão não poderia se submeter oral ou analmente a outro homem, ou dele aceitar dinheiro, pois se presumia que havia rejeitado o papel de cidadão. Não eram considerados cidadãos os excluídos do exercício do poder político, ou seja, mulheres, prostitutas, estrangeiros e escravos.

Diferentemente da Grécia, em Roma relacionamento erástis-enomenos não era permeado por um processo de educação e sociabilização, a homossexualidade era simples fonte de obtenção de prazer.

Já dentro do universo feminino, poucos são os registros sobre as relações homoeróticas entre mulheres na antiguidade, tendo em vista que as mesmas sequer possuíam direito à sexualidade, ou mesmo ao próprio corpo.

O uso da palavra “lésbica”, foi primeiramente registrado na língua inglesa em 1890. Tal termo refere-se ao vínculo com a ilha de Lesbos, onde vivia a poetisa Safo. Segundo BREMMER (1995), são poucos os fragmentos deixados por Safo que poderiam se sugerir alguma aproximação com o desejo por mulheres. Em nenhum de seus poemas existem passagens descritas das práticas sexuais entre mulheres, sendo que inúmeras vezes a poetisa exaltava garotas heterossexuais, como Helena de Tróia.

Na ilha grega de Lesbos era prática comum, na Antigüidade, a reunião de mulheres de boa família em sociedades informais, que se entretinham, sobretudo com composição e declamação de poemas. Líder de uma dessas associações, Safo atraiu grande número de admiradores.

Safo nasceu no fim do séc. VII a.C. em Lesbos, ilha do mar Egeu. Entre todos os poetas gregos, com exceção de Alceu e Arquíloco, Safo foi considerada a mais hábil em criar uma relação íntima e pessoal com o leitor. Escrevia em linguagem simples, de forma concisa e direta, sobre assuntos pessoais: amores, ciúmes e rivalidades que surgiam entre as mulheres com quem se reunia, e as relações com seu irmão Charaxus. Reflexiva, discorria com tranqüilidade sobre os próprios êxtases e sofrimentos, sem que isso reduzisse o impacto emocional dos poemas.

Safo morreu em Lesbos por volta do ano 580 a.C. Não se sabe como seus poemas circularam entre seus contemporâneos e nos três ou quatro séculos que seguiram. No século II a.C. os eruditos alexandrinos reuniram sua obra em dez livros, mas essa edição não sobreviveu ao Início da Idade Média. De sua obra

conservam-se apenas fragmentos e um único poema completo, registrado em obras de outros autores e em papiros egípcios

Outra construção histórica relevante da homossexualidade feminina, mais especificamente entre os séculos XVII e XVIII d.C. era comum a relação amorosa entre mulheres, mesmo estando casadas com homens. Também era rotina, mulheres solteiras ou viúvas ficarem unidas, sendo este relacionamento chamado de “amizade romântica”.

3.1.2 *A homossexualidade na contemporaneidade*

Os estudos iniciais em ciências sociais acerca da homossexualidade apresentavam um debate entre conceitos de essencialismo e construcionismo, visivelmente polarizado para somente um destes lados. Parker (2002) assinala que esta divisão impediu a possibilidade de se situar e interpretar tais diferenças imersas em cenários mais amplos, para além das distinções norteadas pelo ideal de homossexualidades ocidentais (Estados Unidos e Europa).

No bojo das pesquisas contemporâneas sobre concepções das diferenças sexuais, os estudos gays e lésbicos, e mais atualmente, o que foi definido como teoria *queer*, apresentava novos caminhos metodológicos e teóricos no estudo deste tema. Para Parker (2002), tais estudos possibilitaram romper com paradigmas de teorias anteriores sobre diferenciação sexual. Segundo ele:

(...) abordagens teóricas e metodológicas cada vez mais sofisticadas têm tornado possível ultrapassar muitas das limitações que caracterizaram a interpretação de diferenciação sexual no passado e oferecer exemplos de como começar a compensar as interpretações exóticas da homossexualidade em grupos não ocidentais e situá-los em contextos interpretativos mais úteis. (PARKER, 2002, p. 24)

A *queer theory*, citada por Parker (2002) amplia a produção sobre identidade (sexual e de gênero), introduzindo uma discussão original sobre intersubjetividade, textualidades, relações de gênero, etnia/racialidade e classe econômica. As pesquisas nesse campo têm seguido a tendência de enveredarem por entre as histórias reais de vida, de forma que tentam abranger as especificidades e a maneira como o contexto está relacionado na construção das trajetórias pessoais.

Estas pesquisas vêm proporcionando cada vez mais um entendimento mais amplo no tocante às relações entre gays e lésbicas, alcançando reflexões históricas sobre esta população e os processos sociais que as influenciaram.

Por outro lado, Parker (2002) ressalta que tais pesquisas ainda apresentam um significativo hiato entre o mundo anglo-europeu (Europa e Estados Unidos) e o mundo não-anglo-europeu, em relação ao rápido processo de mudanças culturais e sociais que estes países vem sofrendo nas últimas décadas, e que por consequência, influenciam diretamente na estrutura da vivência homossexual.

A “naturalização” da homossexualidade, que é notória no mundo principalmente no início da década de 70, proporcionou a agregação de aspectos de

uma identidade feminina caricata (bicha-louca), para construção de uma “*identidade gay*”. Perlongher (1987) reforça esta reflexão citando um artigo de Pollak (1983):

Na visão psiquiátrica dominante, a classificação da homossexualidade entre as perversões (...) manteve toda sua força até os anos 60. A decisão que a Associação Psiquiátrica Americana tomou em 1974 no sentido de deixar de considerar a homossexualidade como uma perturbação mental é um ato simbólico que marca a alteração das relações de força entre as diferentes teorias da sexualidade. Mas esta alteração operou-se em favor de uma visão que, também ela, naturalizou o fenômeno homossexual.” (POLLAK, 1983, p. 51 *apud* PERLONGHER, 1987, p.51).

Perlongher (1987) acrescenta que este processo emancipatório da homossexualidade permite a reflexão sobre sua ligação em busca de uma identidade sexual singular, fato contrário ao da heterossexualidade, onde a emancipação está, na maioria das vezes, direcionada para homogeneização entre os papéis femininos e masculinos.

No Brasil, a conceitualização da homossexualidade como categoria perpassa obrigatoriamente por um processo de desenvolvimento recente. Por conta da rápida globalização e de acesso a vastos símbolos culturais e novos significados sexuais, as tradições da sociedade brasileira foram, necessariamente, colocadas em cheque e conseqüentemente, interagiram com tais conjuntos.

Para compreender esta complexa construção socio-histórica da homossexualidade no Brasil contemporâneo, Parker (2002) sugere uma diferenciação no entendimento da organização da sexualidade numa cultura tradicional. O autor norteia a discussão na realidade brasileira como *“uma economia organizada menos em torno do valor simbólico dos desejos sexuais ou das identidades sexuais do que dos papéis sexuais”* (PARKER, 2002, p. 54)

O sistema que envolve esta organização moral no Brasil é diretamente ancorado pelo que se conhece coloquialmente nos países latinos como *“machismo”*. Ele advém principalmente das influências pontuais de uma economia rural de exploração, onde praticamente quatro séculos da história brasileira foram dominados por grandes produções de monoculturas como: cana de açúcar e café, de mão de obra escrava e de uma produção estritamente voltada para exportação.

Mesmo com as notáveis e atuais mudanças na sociedade brasileira, como a rápida urbanização e industrialização, fundamentalmente nas capitais e grandes metrópoles, este “legado” ainda permanece e interfere no cotidiano, segundo Parker (2002), *“(…) que continua a organizar importantes aspectos da experiência mesmo em grupos que, de outra forma, pareceriam mais afastados do passado”* (PARKER, 2002, p. 54).

Imersa neste cenário, a organização das relações sexuais perpassam juntas ao processo de constituição social de gênero, embutidas literalmente no próprio corpo, sendo ela protagonista neste processo, e conseqüentemente, influenciadora no tocante à própria prática sexual.

Dentro deste modelo, a relação entre a prática sexual e os papéis de gênero apresenta caráter fundamental, principalmente no que diz respeito a diferenças entre atividade masculina e passividade feminina. Estes “indicadores” são responsáveis por toda estruturação da realidade sexual, como já descrito anteriormente. E é por esta via, segundo Parker (2002), que se normatizam as distinções de sexualidade no Brasil, tanto nas relações heterossexuais, quanto nas relações homoeróticas.

FRY (1982) é pioneiro desta teorização no Brasil. Ele nomeia este sistema de *hierarquização*, tendo em vista que a relação sexual acontece entre *não iguais*. Mesmo que o ato sexual seja praticado entre pessoas do mesmo sexo, permanece a dicotomia entre papéis de gênero masculino e feminino, bem como as referências de atividade e passividade.

As ideias de atividade e passividade no Brasil são associadas popularmente a ações ou expressões de “*comer*” e “*dar*”, no tocante às relações sexuais em si. “*Comer*” está ligado à atividade, ou seja, à masculinidade, assim como “*dar*”, está vinculado à passividade, ou seja, à feminilidade. Além disso, inúmeros fatores simbólicos estão agregados a estas ações, porém sempre permeados dentro de um cenário onde há uma relação de poder, de quem domina e de quem é ou se deixa dominar. Resumindo, assumir uma identidade masculina significa carregar papéis sociais de dominador, herói, vencedor e viril. Por outro lado, assumir uma identidade feminina acarreta em agregar papéis sociais de submissão, fragilidade e passividade.

A estruturação das relações homoeróticas no Brasil vislumbra acontecer de forma parecida a esta configuração trazida anteriormente. Segundo Parker (2002):

(...) o fundamental talvez seja menos o sexo biológico compartilhado dos participantes do que os papéis sexuais sociais que eles assumem – sua atividade ou passividade como parceiros sexuais e pessoas sociais. (PARKER, 2002, p.56)

Green (1999) também acrescenta reflexões sobre esta relação, sugerindo que o fato de ser penetrado no ato sexual agregaria valores da feminilidade, e por consequência, agregaria ao sujeito uma inferiorização social, uma espécie de fracasso, tendo em vista as questões biológicas e sociais, pelo feito:

O efeminado (*bicha*) é o “passivo”, o que é penetrado. A “passividade” sexual desse último atribui-lhe a posição social inferior da “mulher”. Enquanto o homem “passivo”, sexualmente penetrado, é estigmatizado, aquele que assume o papel público (e supostamente privado) do *homem*, que penetra, não o é. Desde que ele mantenha o papel sexual atribuído ao homem “verdadeiro”, ele pode ter relações sexuais com outros homens sem perder seu *status* social de homem. (GREEN, 1999, p. 28)

Todavia, um homem que se relaciona com outro homem, mas que assume uma posição sexual ativa, condizente com o que é culturalmente construído, mantém sua identidade masculina intacta e não questionável perante a sociedade. Além disso, a construção histórica da homossexualidade nas últimas décadas

atravessa por um caminho com inúmeras subcategorias simbólicas, da “*bicha bofe*” (que seria o homossexual que preserva a identidade masculinizada) até a “*bicha louca*” (que carrega em sua identidade, papéis sociais sexuais ditos femininos, agregando tais características a sua identidade).

Imersa neste cenário, a homossexualidade feminina aparece praticamente dentro do mesmo bojo no tocante à organização social da sexualidade. Porém, antes mesmo de se pensar na relação homoerótica, tal organização não insere a mulher como possuidora de um “corpo sexual”, ou seja, a passividade que lhe é agregada não permite suas ações frente à sexualidade. Seguindo esta reflexão, popularmente se apresenta que o ato sexual entre duas mulheres, na verdade, não existe, pois coloquialmente pensa-se que uma mulher não conseguiria assumir uma posição ativa (de quem penetra), com outra mulher.

E seu artigo, Alves (2010) faz um apontamento relevante diante da escassez de espaços de encontro para lésbicas, comparado aos inúmeros que surgiram para homossexuais masculinos nas décadas de 70 e 80. Sendo assim, a vivência da homossexualidade feminina naquela época acontecia em espaços construídos por elas mesmas, podendo-se concluir notavelmente um processo de invisibilidade destas mulheres.

Em sua pesquisa, Alves (2010) descreve um forte dualismo presente nos discursos de lésbicas que vivenciaram o início de suas experiências homossexuais nas décadas de 70 e 80:

O dualismo se expressa no discurso de que as mulheres tinham que fazer uma opção, como se houvesse uma pressão social para assumir um lugar e um papel no universo da homossexualidade feminina: ser o sapatão ou a namorada do sapatão. (ALVES, 2010, p. 227).

Atualmente, inserção de novos modelos de conceitualização das experiências sexuais tem se misturado com as raízes dessa organização de padrões sexuais brasileiros. Trazidos por um conhecimento médico-científico, estes modelos vêm se introduzindo na cultura, de forma que as normatizações de atividade e passividade sexuais têm mudado. Por conta destes novos modelos, as atenções têm-se direcionado para uma relevância do “desejo sexual”, dentro de perspectivas anglo-europeias. (PARKER, 2002, p.66)

Tais mudanças formalizaram, inicialmente dentro de uma perspectiva científica e socioantropológica, para depois influenciar na vida cotidiana, a concepção de novos conceitos de categorias classificatórias nomeadas como orientação sexual: homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade, sendo eles usados para nortear e descrever cenários da sexualidade dentro da perspectiva do desejo sexual.

Estas categorias nasceram dentro de contexto médico, e posteriormente, no século XX, começaram a ser usadas nas linguagens jurídicas, governamentais e religiosas. Segundo Parker (2002), o uso das mesmas visava delimitar um universo da “normalidade” e da “anormalidade”, bem como estes conceitos eram estritamente dominados pela elite que possuía acesso à cultura europeia e norte-americana. Até

a década de 80, não se tinha passagens do uso destas categorias na linguagem cotidiana. Parker (2002) comenta a respeito de uma de suas pesquisas nesta época:

Quando minha própria pesquisa no Brasil começou, no início da década de 1980, por exemplo, um número extraordinariamente grande de entrevistados, provenientes principalmente do que no Brasil é descrito como classes populares (em oposição à elite), não tinha qualquer consciência de categorias como homossexual e homossexualidade (PARKER, 2002, p.67)

Além de outros fatores, o surgimento da epidemia da Aids inseriu diretamente estas novas categorias na linguagem cotidiana dos brasileiros. “Grupos de risco”, “Câncer gay” ou “A Aids vai te pegar!” foram frases usadas no início da história da epidemia no Brasil, que contribuíram na construção de falsas noções sobre a Aids e sobre as pessoas infectadas pelo HIV. Segundo PARKER (1991), intensificou-se o estigma das parcelas da população infectadas pelo HIV, como homossexuais masculinos, profissionais do sexo, travestis, hemofílicos e os usuários de drogas injetáveis.

Entretanto, mesmo por meio destes relatos da mídia frequentemente desvirtuados, categorias como homossexualidade começaram a se inserir no discurso cotidiano, possibilitando nortear o cenário da sexualidade e refletir sobre a experiência sexual de maneira mais ampla. Estudos realizados por cientistas sociais, anteriormente considerados requintados, passam a ser usados como fontes de

veiculação midiática, proporcionando novas veredas de acesso ao conhecimento a cerca da vivência sexual.

Por fim, percebe-se que estes sistemas ainda coexistem no Brasil. Certamente, entende-se como ideal o sistema que privilegie a equidade na relação entre pessoas do mesmo sexo, e não a dicotomia de um sistema entre dominador e dominado, ativo e passivo. Portanto, fazendo uso das ideias de FRY (1982), a *tendência social* seria uma evolução do modelo hierárquico para um modelo simétrico.

3.1.3 A identidade de gênero e os corpos como abjetos.

Green (1999) apud Garcia (2007, p.48), comenta que “Madame Satã” era uma personalidade da Lapa da cidade do Rio de Janeiro, “*que se considerava ao mesmo tempo “malandro” e “bicha”, por preferir se relacionar sexualmente de forma passiva*”. Por outro lado, “Madame Satã” se rebelava e agredia os policiais que prendiam sujeitos efeminados somente para fazer o serviço de limpeza das delegacias. Segundo GARCIA (2007):

(...) a contradição no comportamento de “Madame Satã” parece estar no fato de responder à agressão sofrida por ser “bicha”, ou seja, feminino, com violência, um atributo considerado masculino, desafiando a obrigatoriedade do pertencimento a uma das polaridades – masculina ou feminina - e gerando ainda mais preconceito e violência. O que transparece na história de Madame Satã, assim, é que, paralelamente a uma violência de gênero direcionada ao

feminino, outra mais intensa aparece direcionada a quem não reproduz a binariedade esperada. (GARCIA, 2007, p.48).

Segundo LEITE JÚNIOR (2008), as travestis incorporam o teatro da questão corporal e seus limites de idéias entre masculino e o feminino. Conseqüentemente surge nesta discussão sobre o que se entende entre homens e mulheres e suas verdades socio-históricas.

Por conta deste fato, os estudos sobre travestis acontecem principalmente focados ao corpo.

Segundo o mesmo autor, o termo travesti surgiu em 1910, com um estudo sobre sexualidade escrito por Magnus Hirschfeld, renomado médico e psicólogo alemão e um dos criadores da sexologia. No livro nomeado “Travestites – the erotic drive to cross-dress”, surge o termo “travesti”, o qual agrega o sentido do uso de roupas do sexo oposto a um sentido sexual. (HIRSCHFELD, 1991 apud LEITE JÚNIOR, 2008)

A origem da palavra travesti vem dos termos em latim “*trans*” (através) e “*vestitus*” (estar vestido). (HIRSCHFELD, 1991 apud LEITE JÚNIOR, 2008).

Conforme descrito no Dicionário Houaiss de língua portuguesa, o mesmo descreve a palavra travesti como originária do francês e tendo a sua primeira

aparição no ano de 1543, com o significado “disfarçado” (*travestire*, em francês, que significa disfarçar-se)⁴.

LEITE JÚNIOR, 2008 comenta que o autor HIRSCHFELD criou o termo “travestismo”, e introduziu uma nova categoria clínica, seguindo a tendência da época em se associar os sufixos “ismos” à sexualidade. Além disso, surgiu um novo sentido a palavra “travesti”, significando uma pessoa (tra)vestida com roupas do sexo oposto por motivações eróticas. (HIRSCHFELD, 1991 apud LEITE JÚNIOR, 2008).

No Brasil, até os anos 60, o termo travesti designava os homens que faziam uso de roupas femininas, tanto em cenários de brincadeiras carnavalescos, no universo de shows, ou mesmo em uma rotina diária. Green (1999) aponta em seu livro os bailes de carnaval brasileiros como uma transgressão temporária do gênero, porém restrita a ícones de gênero populares, não rompendo com a identidade masculina ativa que lhes era dada.

No início da década de 60, o termo é associado principalmente às transformistas⁵ que realizavam trabalhos artísticos em várias casas noturnas no Brasil. Green (1999) relata uma forte associação à necessidade do “glamour” e “sensualidade” encarnados nas transformistas da época:

⁴DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa versão eletrônica/Uol. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=travesti&cod=183888> . Acesso em 04/05/2009

⁵ Popularmente, diferencia-se “transformista” de “travesti” enquanto profissionais de shows e performances artísticas.

Os travestis que frequentavam o Baile dos Enxutos, bem como aqueles que faziam shows, como Rogéria, associavam o glamour, sedução feminina, corpos esculturais e rostos cuidadosamente maquiados aos seus desejos sexuais. Na tentativa de representações sociais do ideal feminino, eles encarnavam, e às vezes até exageravam, os estereótipos associados com o gênero que adotavam. (GREEN, 1999, p.377)

Segundo Garcia (2007), é a partir da década de 70 que o termo travesti passa a ser usado para identificar sujeitos que estavam adentrando no mercado do sexo naquela época e que, além de fazerem uso de adereços e roupas femininas, apresentam também transformações no corpo, por conta de acesso a terapias hormonais e do uso de silicone, no intuito de obterem um corpo similar ao feminino. No tocante ao acesso a estes tipos de intervenções, Garcia (2007) comenta:

Embora tenha surgido comercialmente na década de 60, foi na década seguinte que a pílula anticoncepcional se popularizou no Brasil, tornando fácil o acesso aos hormônios femininos. O uso do silicone injetável é pouco posterior, citado por algumas travestis como ocorrendo já no final da década de 70 e por outras no início da década seguinte. (GARCIA, 2007, p.37)

Além disso, Garcia (2007) apresenta outro indicador que potencializou estas transformações, como o aumento da desigualdade de classes neste período, fato que teria levado inúmeros homossexuais a buscarem a prostituição como fonte de

renda (TREVISAN, 1997 *apud* GARCIA, 2007, p.37). Devido a este fator, Garcia (2007) reflete sobre um processo de “círculo vicioso” no tocante a estigmatização de travestis e transexuais, no qual quanto mais estigmatizados, menor as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, sendo o mercado do sexo uma das poucas vias possíveis de fonte de renda para esta população.

Conforme já comentado nesta dissertação, a dicotomia entre sexo e gênero é reguladora da sexualidade humana. A teórica queer, Judith Butler fomenta esta discussão a partir da ideia de inteligibilidade de gênero, onde necessariamente a construção da identidade de gênero perpassa pelo que é compreensível enquanto padrões reconhecidos de gênero pela humanidade.

O paradigma descrito por Butler (2003) a respeito da inteligibilidade determina que alguns tipos de “identidade” não possam “existir”. Pelúcio (2009) acrescenta nesta mesma via que:

(...) essa não-existência acaba por colocar pessoas como as travestis no plano do abjeto, corpos cuja existência parece não importar. De fato, importam, pois os abjetos precisam estar lá, ainda que numa higiênica distância, para demarcar as fronteiras da normalidade. (PELÚCIO, 2009, p.47)

A mesma autora ressalta que a constituição da travestilidade agrega na modificação do corpo e do gênero, fatores que desequilibram e transgridem a organização binária dos sexos e do gênero. Por estarem de certa maneira

subvertendo esta organização entendida como natural, as travestis edificam suas vivências dentro de um processo de exclusão social.

A marca corporal da travestilidade, como descreve Pelúcio (2009), se associa diretamente à ideia de desvio, tendo em vista, sobretudo, a construção do feminino em um corpo masculino. Este fator foi crucial na ligação da travestilidade ao que se entendia no início da epidemia da Aids como “grupo de risco”, descrito anteriormente nesta dissertação.

Na verdade, a definição de travestilidade não é algo simples, principalmente por conta de suas características cruciais de transição, transformação e transgressão dentro do universo sexual. Pelúcio (2009) comenta:

As travestilidades, portanto, podem ser vistas como processos (nem sempre continuados ou lineares) de construção de um certo feminino. (...) Em relação à vida urbana, remonta à trajetória de tantos homens efeminados que buscaram no anonimato das cidades, um espaço para tornar suas vidas mais habitáveis. (PELÚCIO, 2009, p.43).

Cuidadosamente, a autora afirma que as travestis seriam pessoas do sexo biológico masculino, que na maioria das vezes se relacionam afetivamente com outros homens e que agregam em seu corpo o que é considerado socialmente feminino. Porém, não almejam passar pela cirurgia de redesignação sexual (mudança de sexo). No caso, cautelosamente pode-se dizer que as transexuais fariam parte deste grupo, já que a transexualidade ainda é considerada um

transtorno psiquiátrico, e para acesso a tal cirurgia no Brasil, ela, obrigatoriamente, precisa ser “diagnosticada”.

É importante ressaltar que, muito provavelmente pela transitoriedade das travestis e transexuais diante de todos os pormenores da sexualidade, não é possível categorizar concretamente estas identidades⁶. Elas variam diante de inúmeros fatores dentro do processo de transformação do corpo desta população.

Segundo BENEDETTI (2005), o emprego do termo travesti no feminino (*a travesti*) refere-se primeiramente ao fato de a maioria das travestis se denominarem no feminino. Além disto, o mesmo autor relata que no campo político, uma das reivindicações dos movimentos de militância travesti é o respeito à garantia da construção e afirmação do feminino pelas travestis.

As travestis são comumente percebidas dentro do mesmo universo da homossexualidade, porém elas possuem características específicas na sua construção da identidade. Segundo ZAMBRANO (2006):

(...) algumas travestis se sentem e se consideram “mulheres”, mesmo tendo nascido homens biológicos. Para elas, é o sexo/gênero transformado que conta para sua classificação como “mulheres”. Desse modo, as travestis e transexuais se consideram “mulheres” e mantêm relações sexuais com homens, percebidas por elas como heterossexuais e não homossexuais. (ZAMBRANO, 2006, p.128)

⁶ Em minha experiência enquanto psicóloga do Centro de Referência da Diversidade foi possível conhecer pessoas que se nomeavam transexuais femininos, porém não desejavam passar pela cirurgia de redesignação sexual, bem como travestis que almejavam obter o diagnóstico de Transtorno de identidade de Gênero, visando ter acesso gratuito a terapia hormonal pelo SUS.

Apesar da ideia de transgressão e subversão diante da organização social sexual binária em que nos encontramos imersos, Pelúcio (2007) relata que na maioria das vezes, durante o processo de transformação dos corpos visando à feminilidade, frequentemente a travestilidade repete e até mesmo reafirma o binarismo entre os gêneros.

Ao mesmo tempo, intervenções leves e não frequentes são ligadas a uma fraqueza e covardia, diante do desejo em obter um corpo cada vez mais feminino. Porém, as travestis notoriamente e muitas vezes, angustiadamente percebem a ação do sexo biológico que pertencem: *“temem a calvície, um câncer na próstata, que o silicone se aloje no saco escrotal”*. (Pelúcio, 2007, p.45)

Por fim, dentro deste complexo processo, onde o corpo é sede dos anseios e também dos sofrimentos e estigmas que cercam estes sujeitos, a travestilidade e a transexualidade se edificam e reverberam pela via da subversão a construção de suas identidades de gênero.

4- A RUA COMO CENÁRIO NO PROCESSO DIALÉTICO DE EXCLUSÃO / INCLUSÃO SOCIAL

No início da década de 90 e ano 2000, o Brasil teve um aumento significativo de políticas públicas e ações programáticas voltadas para população em situação de rua. Tal aumento advém de um relevante e preocupante crescimento do número de pessoas em situação de rua no país. Em 1994, estimava-se que havia 4.500 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Segundo o último Censo da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo, realizado em 2009⁷, a capital paulistana possui atualmente 13.666 pessoas em situação de rua, sendo que 51,8% deste total estão acolhidos em e serviços de acolhimento 24 horas (albergues e hotéis sociais) e a outra porcentagem encontram-se morando nas ruas da cidade.

Dentre estes dados, não existem indicadores no tocante a questões a cerca da orientação sexual e identidade de gênero. Apenas apresentam dados referentes ao sexo biológico da população em situação de rua, sendo 79,7% pertencentes ao sexo biológico masculino. Indicam também dados sobre etnia, onde 63,5% da população em situação de rua da cidade foi considerada “não-branca”.

Diante destes números alarmantes, o cenário da rua apresenta um vasto reprodutor de sistemas hierárquicos e de relações de poder, revelando os processos dialéticos da exclusão / inclusão social destes sujeitos.

4.1 A cidade e suas veias

⁷ Censo da População em situação de rua da cidade de São Paulo. FIPE / USP, 2009

Segundo Bonfim (2010), o frenético processo de globalização interferiu diretamente na estrutura das cidades, onde o capitalismo preconiza a rapidez do acesso a informações, buscando incansavelmente um modelo dinamizado no intuito de que este sistema ofereça qualidade de serviços para sua população. Por outro lado, Bonfim (2010) comenta:

(...) o movimento da globalização acompanha um processo de territorialidade e (des)territorialidade, caracterizado por segregação socioespacial, contradições, polarização social, fragmentação, formação de guetos, bolsões de miséria e pobreza, principalmente das grandes cidades do terceiro mundo⁸⁸. (BONFIM, 2010, p.39)

Este paradigma demonstra a negação de possibilidades da própria experiência humana, por conta da transformação de lugares e espaços privados de significado. Estes lugares se encontram num plano de abjeto. Eles existem enquanto “lugares de encontro” (VÉRAS, 2000; SAWAIA, 1995 apud BONFIM, 2010, p.40), ao passo que, ao mesmo tempo, também não se reconhece sua existência.

Segundo Bonfim (2010), o modelo de consumo que a construção da cidade atualmente se encontra calcada é embasado num esquema de estratégias para vendê-las aos usuários e investidores. Dentro deste cenário, não há espaço para a cidadania, pois o público não tem forças diante do modelo de consumo que a cidade se constitui.

⁸⁸ Borja (1990) apud Bonfim (2010), onde considera São Paulo como um exemplo destas cidades, que detém 10% da economia global.

Frente a ambos os recortes da globalização, é possível categorizar dois tipos de cidades: as que desfrutam deste padrão de globalização e as que, mesmo estando inseridas enquanto economias mundiais, não conseguem acessar os “benefícios” advindos do mesmo.

Bonfim (2010) aponta o esvaziamento dos centros das cidades como um dos indicadores de crises deste modelo. Se antigamente os centros eram considerados semblantes da valorização da cidade e ocupados pela elite de poder, atualmente é o inverso. O centro é perigoso. Em meio a grandes corporações, empresas e imponentes órgãos governamentais, emergem as zonas de abrigo para pessoas em situação de rua, dependentes químicos, profissionais do sexo, dentre outros indivíduos que são colocados como abjetos imersos neste cenário, onde o consumo de qualquer coisa é o que possibilita a visibilidade. Seja um *fast-food*, seja o corpo, seja um entorpecente.

Além disso, a mesma autora comenta que tal crise é potencializada pela situação de ingovernabilidade deste modelo. Segundo ela:

No mundo globalizado do século XXI, a empresa está na frente na gestão da cidade, interferindo e conhecendo mais que o Estado no processo de gerenciamento do espaço na cidade. O Estado está ausente e gera uma situação de ingovernabilidade. (BONFIM, 2010, p.42)

Neste complexo panorama, é nas ruas e nos espaços de acolhimento criados para quem vive literalmente nelas que se identificam as relações e as possibilidades de encontro, de afetar e ser afetado, e conseqüentemente, a produção dos sentidos

frente ao sofrimento ético-político que a população LGBT em situação de rua vivencia diariamente.

4.2 Processos dialéticos de exclusão / inclusão social

A incompreensão, por grande parte da sociedade, sobre a construção da sexualidade da população LGBT, acarreta num significativo processo de exclusão social, que implica na: dificuldade à acessibilidade à escola (ocasionando baixa escolaridade); ao despreparo técnico e profissional; à discriminação no mercado de trabalho; à prostituição e à violência social e institucional⁹, ou seja, num processo de sofrimento ético-político.

Segundo Sawaia (1999), a exclusão consiste em processo complexo que envolve dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É um processo que ocorre com o indivíduo em suas relações sociais. O processo de exclusão traz em si uma contradição como parte de sua constituição, pois a exclusão existe como condição da inclusão para grande parte da população que sofrem as conseqüências da desigualdade social.

De acordo com Wanderley (1999), o fenômeno da exclusão se torna algo “natural” ao homem, aceito tanto pela sociedade como pelo próprio indivíduo através do discurso conformista “isso é assim e não há o que fazer”. O fenômeno da exclusão passa a ser compreendido como responsabilidade/culpa do próprio excluído que se torna estigmatizado como, “incapaz” e “incompetente”. Isso compromete sua cidadania, sua qualidade de vida, sua dignidade e o seu reconhecimento enquanto cidadão.

⁹ Dados retirados do Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais, 2002. Página visitada em 18 de outubro de 2009.

Essa “naturalidade” atribuída ao fenômeno da exclusão contribui com o chamado ciclo de exclusão na medida em que o reforça e o reproduz. Nesta sustentação da idéia os direitos desses cidadãos, que deveriam ser garantidos por políticas públicas, são transformados em fontes de humilhação, o que acaba por reforçar e reproduzir o processo de exclusão.

Goffman (1988) analisa o processo deste estigma. Segundo ele a sociedade reconstrói categorias e atributos que são considerados naturais. Essas categorias edificam os pilares dos estigmas no processo de construção da identidade.

O termo estigma, segundo Goffman (1988), refere-se, a características extremamente depreciativas. É interessante notar que a ação de estigmatizar alguém, e, portanto afirmar a sua anormalidade está simultaneamente afirmando o status de normalidade de outrem.

Goffman (1988) classifica três tipos de estigma. O primeiro deles diz respeito às características físicas, mais especificamente às deformidades corporais. O segundo refere-se a culpas de caráter individual, falta de vontade; falsas crenças; desonestidade; entre outros. E, finalmente, o terceiro tipo refere-se à raça, nação e religião, fatores que podem ser transmitidos através das gerações sucessivas de uma mesma família atingindo assim a todos os seus membros.

No tocante a sexualidade e suas práticas ressaltam-se a ligação intrínseca de aceitação e viabilidade dentre de uma sociedade que estigmatiza, ou seja, agrega valores morais inferiores pela via norteadora da heteronormatividade.

Mesmo com ações democráticas e legais visando à inclusão social dessas pessoas, o estigma permanece mediando suas relações e, por conseqüência, o

favorecimento da inclusão perversa dos mesmos. Neste caso, SAWAIA (2002), introduzindo Foucault na análise da inclusão, destaca que: *“advém de tal fato, um processo de controle social e manutenção da ordem na desigualdade social. Dessa forma, Foucault insere a exclusão na luta pelo poder”* (SAWAIA, 2002, p.108).

4.3 Trajetórias de vida e o estar em situação de rua

Todos estes fatores acima comentados são notáveis na trajetória de vida da população LGBT em situação de rua. Em seus estudos, Escorel (1999) analisa a diferença entre a população de baixa renda que possui algum tipo de moradia, seja em pensões ou favelas, em relação à população e situação de rua. Ela aponta duas questões distintas, porém que se cruzam dentro de um processo inverso e ao mesmo tempo parecido: o processo de pauperização da feminilidade, vislumbrado por um crescente número de mulheres que se tornam mantenedoras de suas instituições familiares; e do outro lado, a frequência no número de homens que “abandonam” suas famílias, bem como a porcentagem muito maior de homens em situação de rua em relação às mulheres. Escorel (1999) observa que nas histórias trazidas por homens e situação de rua, são corriqueiros os eventos de desavenças conjugais e, conseqüentemente, são banidos de seus lares pelos próprios familiares, por conta do uso excessivo de álcool e do desemprego.

Estes homens são questionados no que se refere à capacidade que deveriam possuir de sustentar suas famílias. Sendo considerados impossibilitados para assumir tais responsabilidades exigidas socialmente do gênero masculino, são exonerados de seus vínculos familiares. Garcia et al (2011) acrescenta que estas situações podem ser consideradas como uma opressão de gênero orientada aos

homens que não agregam em suas identidades masculinas o que é concebidas a ela socialmente.

Com relação a menor porcentagem de mulheres em situação de rua, Escorel (1999) aponta para uma maior proteção da mulher enquanto sustentação da unidade familiar. Novamente, percebe-se a desvinculação do papel masculino dentro da família. Além disso, os atuais programas socioassistenciais, sejam de renda (Bolsa-Família e Renda Cidadã), moradia (COHAB e CDHU), dentre outras políticas, beneficiam a mulher dentro da célula familiar. Nestes programas citados, a mulher é inscrita enquanto responsável da família pelo benefício, salvo em casos de outras formas de estruturação familiar.

Todavia, no caso de mulheres em situação de rua, suas trajetórias perpassam em inúmeras vezes por situações de violência doméstica, e em consequência, abandonam seus lares. Mesmo assim, a vulnerabilidade a violência se reproduz neste novo cenário. Frangella (2004) acrescenta sobre este processo:

As mulheres que vão para a rua saem de seus contextos familiares e domésticos por inúmeras razões. Uma das mais elencadas é a violência doméstica, a qual atinge adultas e adolescentes, e efetuada por pais, padrastos, maridos, familiares. (FRANGELLA, 2004, p.194)

Por ser um espaço coberto por um discurso masculino, em muitos momentos, Frangella (2004) comenta que a rua apresenta indicadores associados à afirmação da masculinidade, desde a conotação de virilidade até garantir a identificação como

função de provedor, mesmo diante de um cenário pouco animador para que tais identidades sejam reconhecidas. Ressalta-se que frente à necessidade de afirmação destes papéis, não é incomum comportamentos excessivamente violentos dos homens que se encontram em situação de rua, potencializados muitas vezes pelo uso abusivo de álcool e/ou outras drogas.

Frangella (2004) discute sobre as duas formas mais corriqueiras que as mulheres fazem uso para lidar com as condições que a rua oferece:

(...) a primeira delas é que as mulheres podem reorganizar seus laços de dependência nas ruas (...) e aceitar o papel de parceiras fiéis e dóceis, prontas às práticas sexuais. Estas mulheres, quando estão em algum local mais fixo, tendem a assumir os lugares domésticos. Também exigem que os homens com quem estejam sejam seus provedores. Procuram satisfazer, por fim, suas próprias demandas sexuais, amorosas e de segurança. (FRANGELLA, 2004, p.197).

A segunda forma diz respeito de mulheres que inscrevem suas relações com a rua pela solidão. Segundo Frangella (2004), estas mulheres fazem uso da agressividade e posturas consideradas firmes em relação ao convívio com os homens, no intuito de evitar assumir papéis entendidos como femininos diante destes.

No que diz respeito à orientação sexual e identidade de gênero, mais especificadamente em relação a homossexuais, travestis e transexuais, as normatividades que a rua oferece são extremamente aversivas a esta população.

Dentro de um universo onde são valorizados papéis associados a masculinidade, edifica-se fortes relutâncias frente a imagem da homossexualidade e da travestilidade. Por outro lado, Frangella (2004) relata uma convivência pacífica no dia a dia da rua:

Os homossexuais compartilham as fogueiras, a pinga, a comida, e fazem parte de outras sociabilidades cotidianas da rua. São incluídos, inclusive, por meio de suas qualidades femininas: carinhosos, acolhedores, dóceis. Elas são incluídas na condição feminina, até no que diz respeito à satisfação sexual. Muitos homossexuais possuíam maridos na rua. (...). Da parte dos homens, as manifestações da libido são (...) insinuantes quando associadas a seus companheiros homens ou homossexuais 'de coberta'. (FRANGELLA, 2004, p.198).

No mesmo cenário, os serviços de acolhida da população em situação de rua encontram diariamente com estas demandas. Diante da população LGBT em situação de rua, ainda existem preocupantes entraves que dificultam e cerceiam a possibilidade de emancipação destes sujeitos. Em centros de acolhida 24 horas, principalmente naqueles que fazem os acolhimentos somente de homens, existe uma relevante dificuldade em receber homossexuais masculinos, principalmente os mais efeminados, bem como as travestis e transexuais, obrigando-os muitas vezes a se destituir desde adereços até sendo cerceados em relação a atitudes e comportamentos supostamente femininos.

Por fim, é notável que a estigmatização destes sujeitos esteja presente em todos os espaços de seus cotidianos e que a dialética da exclusão/inclusão social entrelaça suas relações. A rua se coloca como palco de atuação e interação destes fatores, e nela, nem sempre as sexualidades destes sujeitos são reconhecidas e respeitadas como deveriam ser.

5- REFERENCIAL METODOLÓGICO

Como levantado nos capítulos anteriores, em sua proposta metodológica, Vygotsky usa como referência o materialismo histórico-dialético. Segundo Zozzóli (2009), esta abordagem sugere 3 pressupostos:

(...) O primeiro deles é a concepção materialista. De acordo com esse pressuposto, a realidade material determina a consciência e não o inverso. O segundo pressuposto diz respeito a concepção dialética, segundo a qual, a contradição é a característica fundamental de tudo que existe. (...) Finalmente, o terceiro pressuposto desse método é a concepção histórica, que estabelece que as leis que regem a sociedade e os homens não são naturais, nem alheias ao homem, porque resultam de sua ação sobre a realidade. (ZOZZÓLI, 2009, p. 48)

Diante disso, Vygotsky acreditava que o experimento tinha por objetivo desvendar o desenvolvimento dos processos ocultos pelo comportamento habitual. Em seu referencial materialista-dialético o desenvolvimento dos homens compreende-se como parte do desenvolvimento histórico de sua espécie, aceitando a influência da natureza sobre o homem, porém, mediada pela ação do homem sobre ela, no processo de construção de condições para sua existência. (VYGOTSKY, 1994 apud ZOZZÓLI, 2009)

Assim, Vygotsky (1994) elabora seu método, nomeado de método desenvolvimento-experimental. Nele o autor procura observar os processos, e não somente os objetos fixos, tendo em vista que as funções psicológicas estão em constantes transformações.

Neste trabalho, tendo como alicerce o que foi exposto anteriormente, pretende-se conhecer o sofrimento ético-político e o que ele representa no cotidiano da população LGBT que se encontra em situação de rua e a sua relação com a vivência destas sexualidades na rua. Para tanto, buscaram-se procedimentos que permitissem analisar as relações e situações geradoras de sofrimento nas vidas da população em questão. Optou-se pelo diário de campo e entrevista sobre a história de vida destes sujeitos, um procedimento privilegiado para se interpretar o processo social das pessoas entrevistadas, por conta de considerar as experiências subjetivas evidenciando dados relevantes (MEIHY, 2002). As entrevistas foram conduzidas como “encontros sociais”, proporcionando a abertura mútua entre entrevistador e entrevistado, de suas percepções, sentimentos e emoções.

5.1 O desenrolar da pesquisa:

Em agosto de 2009, durante a elaboração de meu projeto, fui convidada pelo Prof. Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia para participar do seu projeto de pesquisa, intitulado: “População em situação de rua: gênero, sexualidade e vulnerabilidade ao HIV/AIDS”. O projeto visava investigar as intersecções entre pobreza e gênero/sexualidade entre pessoas em situação de rua e sua consequência sobre um presumido aumento da vulnerabilidade ao HIV/AIDS. Envolveu inicialmente uma

parceria entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) - Campus Sorocaba e o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com a previsão de que outras instituições pudessem a vir integrar a referida pesquisa. A participação nessa pesquisa trouxe benefícios ao presente projeto, permitindo elaborar com outros pesquisadores o instrumento de pesquisa.

Após a articulação com o centro de acolhida e feito o contato prévio com a Assistente Social responsável, bem como em posse dos termos de consentimento livre e esclarecido, foram realizadas onze entrevistas com pessoas em situação de rua que, nomeavam a respectiva sexualidade dentro das categorias LGBT(s) e que se interessaram em participar.

Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido para a pesquisa da UFSCAR, permitindo que os dados pudessem ser usados em outros estudos, sendo responsabilidade do pesquisador os cuidados com o sigilo e normas éticas.

As entrevistas realizadas com os sujeitos de pesquisa foram estruturadas a partir de três eixos temporais: a sexualidade na infância e na adolescência, a descoberta da sexualidade LGBT; estar em situação de rua - tudo no intuito de resgatar a história de vida dos entrevistados. Tal estrutura visava descobrir em que momentos singulares aconteceram e acontecem as relações de servidão e os maus encontros, produtores do sofrimento e das emoções tristes, bem como os bons encontros (*conatus*) das emoções alegres, potencializadoras da liberdade, questões estas embasadas pela teoria de Espinosa e que foram utilizadas como base teórica desta dissertação, conforme visto anteriormente.

No total, foram realizadas 11 entrevistas, dentre as quais foram escolhidas 3, que atendiam as seguintes categorias sexuais: lésbica, gay e travesti - e, após inúmeras leituras, agregou-se qualidade às informações.

Ressalta-se que, em relação à identidade de gênero, optou-se por uma entrevista em que o sujeito se identificava como travesti. Tendo em vista a pluralidade da identidade de gênero, fez-se esta escolha, pois se entendeu que discutir apenas a travestilidade possibilitaria um foco mais adequado para a elaboração desta dissertação de mestrado.

Por fim, foram acrescentadas experiências profissionais relatadas em diário de campo da pesquisadora, tendo em vista a qualidade do material adquirido em 3 anos imersos no cotidiano da rua e do acolhimento direto a população em situação de rua na região central da cidade de São Paulo. E também foram acrescentados dados adquiridos em experiências mais recentes da pesquisadora enquanto psicóloga de um centro de serviço socioassistencial que acolhe prioritariamente a população LGBT em situação de vulnerabilidades.

5.2 *Análise das entrevistas*

No intuito de direcionar qualitativamente a análise dos dados, foram eleitos 3 eixos temáticos: a rede de acolhimento socioassistencial para população em situação de rua da cidade de São Paulo (breve histórico); descrições institucionais (o cenário do acolhimento); trajetória dos sujeitos da pesquisa (um retrato).

Posteriormente, escolheram-se 5 categorias de análise: família, trabalho, situação de rua, drogas e rede socioassistencial. Elas serão descritas mais a frente.

O recorte da temporalidade e da processualidade foi importante na análise dos momentos de mudança de cada entrevista, dentro dos quais foram pinçados os núcleos dos sentidos para configurar o sofrimento ético-político e as situações que geraram emoções relevantes e influenciadoras da construção do cotidiano na rua.

6- EXPOSIÇÃO DA REALIDADE OBSERVADA: SUJEITOS E CENTRO DE ACOLHIDA.

No intuito de proporcionar ao leitor uma aproximação da realidade observada e vivenciada nesta pesquisa, bem como dos sujeitos que colaboraram para execução da mesma, foram estruturados 3 eixos temáticos, que apresentam a trajetória da pesquisa de campo desta dissertação: o acesso a rede de acolhimento à população em situação de rua da cidade de São Paulo; descrição do cenário de acolhimento (albergue); e um breve retrato da trajetória dos sujeitos que se dispuseram a realizar as entrevistas para esta pesquisa.

6.1 A rede de acolhimento socioassistencial para população em situação de rua da cidade de São Paulo: breve retrato histórico

No intuito de se criar estratégias coordenadas para atender a demanda da população em situação de rua na cidade de São Paulo que aumentava significativamente, as ações governamentais, até o início do século XXI, se estruturavam lentamente.

Em 1989, dentro da gestão da então prefeita Luiza Erundina, iniciou-se o primeiro cadastramento de população de rua, coordenado pela Secretaria do Bem Estar Social. Até aquela data, existiam apenas estimativas feitas pelo CENTREN (Centro de Triagem e Encaminhamento), órgão estadual que realizava o

cadastro e a assistência básica, além de oferecer pernoite a pessoas que se encontravam na rua.

Segundo Frangella (2006), o CENTREN, criado na década de 80, era responsável pelos “recém-chegados” a São Paulo: migrantes desprovidos de renda e de informações sobre estadia na cidade. A autora relata que tal fato estigmatizava a caracterização de um perfil da população de rua, constituído por pessoas advindas de zonas rurais e outras regiões do país.

Conforme o extenso levantamento histórico da autora, as ações neste período que antecede o que se considera o primeiro censo de população de rua da cidade, eram estruturalmente higienistas. Segundo Frangella (2006):

Em 1975, houve um reforço da rede estrutural de recolhimento de mendigos por meio de um plano de atuação intensivo denominado Operação Inverno. Este plano era uma ação conjunta de órgãos da Secretaria de Segurança Pública e Promoção Social, *“com o objetivo de recolher os pedintes e indigentes, transitórios ou permanentes, e submetê-los ao tratamento das instituições policiais e assistenciais”*. Tais operações consistiam – e consistem até hoje – em cobrir o espaço do centro da cidade por meio de rondas policiais e chamadas telefônicas feitas pela população em geral e tornaram-se marca registrada das intervenções do poder público na movimentação daquela população. (FRANGELLA, 2006, p.76)

Alguns movimentos organizados privados repretendiam tais ações, e criavam, ainda timidamente, articulações mais ordenadas em torno da problemática da

população de rua. Mesmo assim, intervenções policiais e arquitetônicas mediadas pelo governo visavam cercear cada vez mais os espaços de abrigo que a rua poderia proporcionar para aqueles que procuravam e transformavam este espaço enquanto moradia.

Foi somente na década de 90 que se iniciaram articulações mais fortes e organizadas de uma rede socioassistencial coordenada pelo Estado. O aumento significativo da população de rua, que já era perceptível nas décadas anteriores, se intensifica nos anos 90, em decorrência, segundo Frangella (2006), principalmente, dos desajustes econômicos que aconteceram na época, e conseqüentemente, elevaram os índices de pauperização e desemprego.

Dentre os projetos ocorridos na gestão da prefeita Luiza Erundina, a maioria deles buscava a recolocação da população de rua no mercado de trabalho, incluindo-os em atividades como varrer ruas, tapar buracos, fabricação de vassouras, dentre outras atividades propostas na época. Além disso, neste mesmo período, ocorreu o I Seminário Nacional de População de rua em São Paulo, evento histórico que alavancou a criação de cooperativas de reciclagem. Também na mesma gestão, a prefeita assina a regularização do ofício de catador de papel enquanto profissão. (FRANGELLA, 2006)

Mesmo com essas inúmeras tentativas de ações ordenadas, a década de 90 foi marcada pelas gestões posteriores à de Luiza Erundina. As gestões dos prefeitos seguintes (Paulo Maluf e Celso Pitta) apresentaram articulações permeadas por uma cultura higienista, visando a “limpeza visual da cidade” e a apreensão de possíveis

criminosos. Apesar disso, houve um fortalecimento notório das redes de política e atenção à população em situação de rua. Segundo Frangella (2006):

Até o final do governo Luiza Erundina, algumas organizações sociais, privadas – religiosas ou não – que trabalhavam de forma isolada e assistencial foram fortalecidas. Foi por ocasião daquela administração que o universo institucional que vemos hoje se constituiu, seja por meio de iniciativa do próprio governo municipal, seja pela ação de movimentos sociais e organizações não-governamentais que intensificaram suas atividades. (FRANGELLA, 2006, p.92)

Somente em 1997, sanciona-se a lei 120.316/97, elaborada em 1993, pela então vereadora Aldaísa Sposati, onde se regulamenta na cidade de São Paulo a política de atendimento à população de rua e o direito a espaços na cidade¹⁰. Porém, a lei só entrou em vigor em 2001, através do decreto 40.232, assinado pela prefeita Marta Suplicy.

Segundo Frangella (2006) a política de atendimento à população em situação de rua tornou obrigatória a responsabilização do poder público por toda rede socioassistencial da cidade e com dever de garantir todos os direitos, em lei, desta população.

¹⁰ Mais informações vide: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2001. *População de Rua tem seus Direitos Garantidos*, Lei 120.316/97 – Decreto 40.232/ Serviços de Atenção, 2001.

Atualmente, depois de 11 anos da regulamentação da lei acima citada, esta política pública, que começou a se constituir em 1993, porém só veio a vigorar em 2001, permanece norteando toda rede socioassistencial, mesmo com mudanças de propostas e articulações de alguns serviços que estão inseridos na rede.

Da entrada do sujeito na rede socioassistencial que, na sua maioria, acontece por meio da abordagem de rua, realizada pelos serviços hoje nomeados “Atenção Urbana”, até os trabalhos feitos pelos centros de acolhida, centros de serviços, “Hotéis Sociais” e “Moradias Provisórias”, a trajetória das pessoas em situação de rua dentro da rede tem um fluxo articulado e normatizado pela referida política de atendimento.

Mesmo com as dificuldades que surgem dentro fluxo, a garantia por lei da existência destes serviços proporciona à população em geral, acesso aos direitos que, antes à lei, eram cerceados. Além disso, a intersetorialidade proporcionou a abertura de diálogo entre secretarias municipais, tendo em vista que as pluralidades das demandas que surgem durante o atendimento da assistência social atravessam a fronteira da mesma. Sendo assim, é de suma relevância a parceria entre saúde, habitação, educação, dentre outras categorias, para um acolhimento integral do sujeito acolhido.

Vale ressaltar que todos os serviços da rede socioassistencial da cidade de São Paulo são convênios estabelecidos em parcerias com entidades privadas e não governamentais. Se por um lado esta parceria dinamiza e auxilia na rápida viabilização e instauração dos serviços dentro da rede, o controle da atuação das mesmas se torna dificultoso. Diante disto, o poder público tem criado “instrumentais”

cada vez mais rígidos e burocráticos para avaliação das mesmas, no intuito de controlar, desde as verbas que são repassadas, até a qualidade de serviço que as organizações dispõem para a execução do trabalho socioassistencial.

Atualmente, a maior dificuldade enfrentada pelo poder público são os entraves na adesão da população em situação de rua em relação aos serviços de acolhimento disponíveis na rede. Segundo o último censo realizado em 2009, cerca de 51,8% das pessoas em situação de rua na cidade estão acolhidos em albergues ou abrigos da rede, sendo que 48,2% não estão acolhidos. Porém, Frangella (2006) cita uma reportagem¹¹ em sua pesquisa, onde apresenta a grande rejeição por uma relevante parte deste segmento em fazer uso da rede socioassistencial:

(...) a prefeita estava de fato incomodada com o depoimento de educadores a respeito da recusa em ir para o albergue. Marta procurou os próprios moradores para verificar o fato. Das oito pessoas que abordou na rua, apenas uma aceitou o convite. Em 2003, o dado da FIPE indicou que 44,6% das pessoas em situação de rua nunca dormiam em albergues e não demonstravam vontade de ir. (FRANGELLA, 2006, p.115)

As porcentagens descritas nos censos de 2003 e 2009 pouco variaram, bem como as dificuldades frente à adesão aos serviços da população em situação de rua em São Paulo. Acredita-se que a estrutura concreta e, muitas vezes autoritária que os serviços, principalmente os centros de acolhida e os refeitórios comunitários apresentam seja um fator determinante nesta evasão. Em inúmeras situações que

¹¹ *Estado de S. Paulo*, “Marta tenta levar moradores de rua para albergues”, São Paulo, 16 jul. 2002.

presenciei enquanto profissional que mantinha contato direto com diversos albergues, conheci desde funcionários que procuravam ser assertivos, porém com muita educação e respeito diante de momentos de dificuldade que surgiam no cotidiano de trabalho, até situações de extrema negligência e autoritarismo – vislumbrando assim uma posição disciplinadora diante dos frequentadores dos serviços. Defrontam-se nestas diversas cenas, os atores sociais inseridos num mesmo universo. A categorização das diferenças entre eles se evidenciam pelas normatizações sociais de uma relação de poder entre o profissional e o “necessitado”.

Frente a esta problemática, Frangella (2006) discorre com destreza acerca da recusa em aderir aos serviços por parte desta população. A identificação gradativa do sujeito com o cenário “intermitente e fragmentado da rua cujo tempo circular, “disruptivo” e aprisionador nubla as possibilidades reais de saída do circuito urbano que lhe foi imposto” (FRANGELLA, 2006, p.116). Por outro lado, o cenário da rua proporciona ao sujeito diversas maneiras de como permanecer nela e vivenciá-la.

Portanto, esta limitação da política de assistência se defronta com a inviabilidade de se alcançar e solucionar outras questões primordiais, como econômicas, sociais e afetivas da população em situação de rua.

Sobre a população LGBT em situação de rua, tais indicadores no déficit de adesão se tornam mais graves. Em uma reportagem publicada pela Folha de São Paulo¹², ressalta-se a problemática da adesão desta população em específico aos serviços socioassistenciais, principalmente no tocante ao respeito e reconhecimento

¹² Folha de São Paulo, “Sem-teto gays de SP andam juntos para se proteger”. São Paulo, 13 de fevereiro de 2011.

de suas orientações sexuais e identidade de gênero durante o acolhimento dos mesmos.

Apesar da descrição desvirtuada que a reportagem apresentou, a mesma proporcionou um caráter denunciativo da problemática e, portanto, agrega relevância a esta dissertação, tendo em vista as dificuldades que os serviços têm encontrado na tentativa de solucionar esta demanda.

6.2 Descrições institucionais: o cenário do acolhimento.¹³

O serviço escolhido para realização das entrevistas foi um centro de acolhida, localizado num bairro central da cidade de São Paulo. Este albergue, em especial, tem um fator peculiar: o mesmo é conhecido dentro da rede socioassistencial como pioneiro no acolhimento da população LGBT em situação de rua, embora não receba somente esta população. Conforme comentários do próprio coordenador responsável pelo albergue, foram realizadas capacitações visando à sensibilização dos profissionais em relação à temática LGBT e conseqüentemente, o acolhimento a esta população se tornou mais qualificado em comparação a outros serviços da rede.

Este serviço disponibiliza 310 vagas de acolhimento, sendo que este número aumenta em 20% na época da nomeada “Operações Frentes Frias”. Trata-se de uma ação realizada pelo poder público visando o acolhimento da população em situação de rua nos períodos de inverno rigoroso que normalmente se inicia em maio e se finda em outubro.

¹³ A divulgação do nome da instituição e do distrito onde ela se localiza foi omitido para garantir a preservação da identidade dos sujeitos e do serviço.

Há uma portaria logo na entrada do albergue, onde fica um funcionário que coordena e seleciona a entrada dos frequentadores. Para dividir os que entram e os que permanecem do lado de fora do albergue, existe ao lado da portaria, um alto portão de ferro, onde passam carros e pequenos furgões, alguns deles trazendo alimentos e outros produtos para uso do albergue. Segue abaixo uma figura ilustrativa da estrutura arquitetônica do serviço:



Ao passar pela portaria, encontram-se vários frequentadores circulando por um espaço aberto, com bancos de concreto, onde se observam algumas pessoas sentadas, sozinhas ou conversando, outras fumando ou desenvolvendo atividades manuais. Também é visível a presença de pessoas com transtornos psiquiátricos, com discursos confusos, olhares catatônicos e movimentos repetitivos. Neste momento, uma travesti nos aborda com um discurso religioso: “*Sou do candomblé, umbandista da universal do reino de deus*”, e rapidamente volta a andar em direção contrária à nossa, recitando uma música com as seguintes frases: “*Quem nunca viu venha ver, caldeirão sem fundo ferver...*”¹⁴.

Mais à frente, do lado esquerdo, é possível visualizar os espaços com tanques e varais, onde havia pessoas lavando suas roupas ou esperando que secassem. À direita existe um grande prédio, com 3 andares, em cujo térreo, estão as salas das assistentes sociais, o acesso por escadas para os dormitórios e o refeitório. Nos fundos há mesas onde algumas pessoas jogam dominó e conversam. Deste mesmo lado se observa um bebedouro e os banheiros, divididos em masculino, feminino e de uso exclusivo dos funcionários.

Este espaço termina onde se vê um enorme galpão. Nele existem bancos e uma televisão no fundo, sendo que todos estão atentamente assistindo. O espaço também é utilizado para realização de oficinas, dentro das atividades oferecidas pelo núcleo de serviço do albergue.

¹⁴ Após uma rápida pesquisa via internet, descobriu-se que esta música é um ponto, normalmente usado em cultos de religiões afrodescendentes, visando evocar espíritos como Exus e Pombas-Giras, sendo esta última muito cultuada entre as travestis e transexuais, por trazer características da feminilidade e da sensualidade.

As entrevistas foram realizadas num andar acima deste galpão. Ressalta-se que, por conta do contato prévio com a assistente social do albergue, foi colado no mural informativo do serviço um convite para todos os frequentadores com o tema da pesquisa, data e horário da realização das entrevistas.

Como já descrito no referencial metodológico, foram realizadas 11 entrevistas, sendo que todas duraram em média 40 minutos cada. Inicialmente, fizemos algumas abordagens com frequentadores que os funcionários indicavam como homossexuais ou travestis. Já na segunda entrevista, não foi mais necessário esta abordagem, pois os próprios interessados começaram a nos abordar no intuito de participar da pesquisa.

6.3 A trajetória dos sujeitos da pesquisa: um retrato.

Durante o processo da coleta de dados, 3 sujeitos se destacaram pela qualidade dos conteúdos trazidos por eles no decorrer da entrevista. Será apresentado nesta parte um retrato da trajetória de vida destes sujeitos. Ressalta-se que serão usados nomes fictícios, visando preservar suas identidades.

Felipe

Felipe nasceu no Paraná e foi criado na cidade de Maringá. Filho único, logo aos 7 anos de idade foi morar em um orfanato devido ao falecimento de seu pai e por ter perdido contato com a mãe desde os 2 anos de idade. Permaneceu no orfanato dos 7 até os 18 anos, sendo que sua primeira experiência homoerótica foi

com um funcionário do orfanato. Felipe comenta acreditar que este funcionário era bissexual e “seduzia” (SIC) os internos, porém conseguia “disfarçar” frente a todos.

Aos 18 anos, Felipe deixa o orfanato e torna-se empregado de fábrica de móveis, porém não se identifica com o trabalho. Além disso, comenta que na época era evangélico e que mantinha “bicos” de vendedor, e também, durante um ano foi funcionário de uma escola. Neste período, relata ter tido sua última experiência sexual e afetiva com mulheres. E como ele próprio afirma, aos poucos, se insere no universo da prostituição masculina como michê¹⁵ em Maringá.

Felipe recorda seu início como profissional do sexo quando passa a conhecer o “mundo gay” (SIC), pois começa a trabalhar como segurança de rua no centro de Maringá. Neste cenário, Felipe comenta sobre o cotidiano da prostituição, o que inicialmente ele só observava, mas com o que, no decorrer do tempo, acaba se envolvendo também.

Aos 23 anos Felipe decide sair de Maringá para viver em Curitiba, onde começa a trabalhar tanto na prostituição quanto como segurança de casas noturnas direcionadas para o público gay em específico. Ele relata, neste período, o início de sua dependência química por conta do uso diário de cocaína. Explica também a rotina corriqueira do uso de drogas nestas casas noturnas, bem como a viabilidade de se manter tanto como profissional do sexo, quanto segurança, pois as boates ofereciam contatos de saunas e casas de garotos de programa. Sendo assim, Felipe obtinha renda por ambas as vias.

¹⁵ Palavra usada popularmente para designar homens profissionais do sexo.

Ao decidir vir para São Paulo, Felipe desejava melhorar profissionalmente, no intuito de deixar a prostituição. Porém, após ser assaltado, ele retoma a prostituição como alternativa para sua fonte de renda, justificando que já havia pago o período mensal do hotel e que não faria sentido retornar ao Paraná. (SIC)

Frente a esta perspectiva, Felipe começa a conhecer o circuito da prostituição masculina paulistana, atuando em saunas, casa noturnas e alguns cinemas da região central.

Após um período em São Paulo, Felipe consegue um emprego como segurança, porém o mesmo relata que já estava imerso na dependência química pelo uso de crack. Ele ressalta que conheceu o crack já em São Paulo, através de clientes que faziam uso da droga, e que, durante o programa, pediam para que Felipe fizesse uso junto com eles. Comenta também que atualmente estava tentando tratar da sua dependência química, mas que ainda não havia conseguido interromper o uso totalmente.

Felipe relata que o uso diário das drogas acabou atrapalhando suas possibilidades de trabalho e colaborou na condição que o levou a estar em situação de rua. Comenta que em um determinado período, já não possuía mais nenhuma rotina fora do contexto da rua. Refere-se a períodos em que passou fome, pois quando se deu conta, já não conseguia mais ganhar dinheiro com a prostituição, nem mesmo manter-se em pensões ou hotéis.

Diante desta realidade, Felipe se vê obrigado a buscar auxílio da rede socioassistencial, para poder comer e/ou pernoitar. Relata dificuldade no início, pois não conhecia os serviços, mas que, aos poucos, foi entendendo como funcionava a

rede. Comenta também longos períodos em que dormia nas ruas por não conseguir vaga para pernoitar nos centros de acolhida.

Felipe reforça sobre as dificuldades que tem encontrado no enfrentamento da dependência química. Também comenta sobre o dinheiro que conquistava com a prostituição, mas que não conseguia manejá-lo para seu próprio benefício.

Já no final da entrevista, Felipe relata que descobriu há pouco tempo o diagnóstico de HIV e Hepatite B. Ele enfatiza que todas estas questões (HIV, Hepatite B e dependência química) vieram à tona quando veio morar em São Paulo. Na época, Felipe relatou que havia parado o tratamento para o HIV. Entretanto, estava frequentando um centro de serviço onde havia lembrado que tinha talento para desenhar, principalmente o que ele nomeia como “desenhos arquitetônicos”. Neste serviço, ele estava cursando algumas oficinas.

Ressalta-se que Felipe se identificava na entrevista enquanto homossexual masculino. Além disso, relata que o fato de não ter características “efeminadas” foi um fator decisivo em sua trajetória, tanto na sua entrada para prostituição masculina, quanto na busca de empregos formais.

Coincidentemente, encontrei Felipe um ano após a realização da entrevista, quando comecei a trabalhar como psicóloga de um centro de serviço para o acolhimento prioritário à população LGBT em situação de vulnerabilidade. Após um ano, foi possível acompanhar todo o processo de transformação de Felipe, desde a saída do crack, da adesão ao serviço e de outros fatores que foram relevantes para sua emancipação frente a sua trajetória de vida. O início de seu relacionamento amoroso com uma pessoa que também estava tentando interromper o uso de crack

e o acolhimento realizado por este serviço visando trabalhar as capacidades criativas de Felipe, foram um dos inúmeros fatores que o auxiliaram na mudança da sua realidade anterior.

Atualmente Felipe mora em um apartamento alugado com sua companheira, que é travesti. Trabalha em um programa de prevenção do estado de São Paulo, onde faz distribuição de preservativos e gel lubrificantes em casas noturnas, saunas, cinemas e zonas de prostituição. Além disso, em 2011, Felipe retomou seus estudos, sendo que pretende finalizar o ensino médio ainda este ano. Ainda frequenta algumas oficinas deste centro de serviço, pois pretende aprimorar-se e especializar-se em técnicas de desenho geométrico.

Em alguns momentos, durante abordagens e atividades realizadas no serviço, Felipe reforça que estava conseguindo aderir ao tratamento para o HIV, bem como trabalhar, estudar, relacionar-se afetivamente por conta do olhar que este serviço teve em relação à sua trajetória. Na análise dos dados, será analisada a relevância deste olhar, sendo ele uma fronteira entre estado de servidão e potencialidade de ação.

Mariana

Mariana tem 22 anos. Nasceu na cidade de São Paulo. Relata na entrevista que começou a descobrir sua homossexualidade já na infância. Porém, foi por volta dos 14 anos que Mariana começou a se relacionar com mulheres. Ela comenta que começou a mudar a aparência nesta época, pois disse que ficava confusa sobre sua

identidade, no tocante ao desejo de se agregar ao máximo, características masculinas. Entretanto, atualmente Mariana se identifica como mulher, porém mais “masculinizada” (SIC). Para ela, esta fase foi um período complexo da adolescência, pois sua família inicialmente não aceitou tais transformações e sentia muito preconceito deles, desde a infância, quando, por exemplo, Mariana desejava jogar futebol, e percebia olhares e “um tom de voz” (SIC) morais de reprovação diante do seu desejo.

Relata que nesta mesma época, tentou namorar um menino, diante da pressão moral que recebia da família. Mariana comenta que até ela mesma, antes de descobrir sua orientação sexual, não aceitava a homossexualidade, acreditando que este pensamento que possuía seria por uma influência moral da sociedade.

Mariana foi criada pela avó. Relata que depois de ter assumido sua homossexualidade, sua avó inicialmente não concordou com o fato, se colocando rispidamente sobre assunto. Porém, após algum tempo, a mesma acabou se acostumando com a realidade.

No espaço escolar, Mariana comenta que muitas vezes foi alvo de chacotas e situações de discriminação por conta de sua orientação sexual. Mariana relata nunca ter gostado de ir à escola. Descreve situações onde muitas vezes brigava com os meninos, com agressões físicas ou troca de ofensas ligadas à questão do preconceito pela sua orientação sexual.

Mariana relata que ficava muito triste com aquelas situações, pois na época, ainda estava entendendo os desejos que sentia, e que não conseguia ainda vislumbrar concretamente qual era a sua orientação sexual. Quando assumiu sua

homossexualidade, Mariana foi, aos poucos, entendendo como funcionavam as relações, e conseguindo lidar de uma maneira menos agressiva com o preconceito que sofria naquele contexto. Porém, Mariana ressalta que nunca deixou de estudar ou se sentiu prejudicada em seu desempenho escolar por conta disto.

Mariana relata acreditar que a condição que a levou estar em situação de rua não advém das situações discriminatórias que vivenciou por conta da sua orientação sexual, e sim, pela dependência química. Ela comenta que começou a fazer uso de crack com 16 anos. E agora, depois de seis anos de uso, resolveu parar no momento em que percebeu ter sido a droga que a levou à rua.

Neste período, Mariana já não fazia mais contato com sua família, relatando ser muito julgada pela condição que se encontrava. Por outro lado, ela entende o afastamento da família, pelo fato de ela ter “aprontado muito” (SIC) naquela fase.

No tocante ao fato de ser homossexual e estar em situação de rua, Mariana experimentou situações complexas, inclusive envolvendo violência física.

Mariana acredita que o fato de ser uma mulher, homossexual e masculinizada, a expõe em mais situações de abuso do que uma mulher heterossexual, e, para se proteger, ela sempre andava armada com uma faca e com amigos homens. Ela relata que a razão que a torna mais suscetível a situações de violência na rua, advém do fato de que sua masculinidade gera uma “revolta nos homens” (SIC).

Em relação ao uso de drogas, Mariana comenta ocasiões em que se prostituiu para conseguir comprar crack. Apesar de tais situações terem ocorrido 3

vezes somente, segundo ela, é corriqueira a prostituição de mulheres homossexuais que são dependentes químicas visando conseguir dinheiro para comprar a droga.

Por fim, Mariana comenta sobre a dificuldade de reconhecimento e respeito à sua identidade no trabalho. Em alguns lugares que trabalhou, Mariana era questionada sobre sua identidade masculinizada, sendo que em inúmeras vezes teve que fazer uso de roupas associadas à feminilidade, apesar de não se sentir confortável.

Ludimila

Ludimila se identifica como travesti, ao entrar para entrevista, demonstrava estar nervosa e apreensiva. Possui uma fisionomia bem feminina, com aparentes transformações corporais como: próteses de silicone nos seios, cirurgia plástica no nariz e nos olhos e uso perceptível de silicone industrial nas regiões da cintura, coxas e rosto. Antes mesmo da apresentação sobre o que seria a pesquisa, Ludimila demonstra e relata muito nervosismo por estar vivendo em um albergue, sendo que era a primeira vez que ela passava por esta experiência. Neste mesmo momento, Ludimila comenta sobre as dificuldades que as travestis passavam em relação ao uso do banheiro no albergue. Ela reclama que muitas vezes os homens heterossexuais “invadem” (SIC) os banheiros à procura das travestis para manter relações sexuais. Também se refere à má qualidade da refeição servida no albergue.

Rapidamente, quando questionada pela entrevistadora, Ludimila descreve sua trajetória, praticamente não permitindo interrupção. Ela relata que morou durante 18 anos na Europa e trabalhou todo este tempo como profissional do sexo. Pela sua narrativa, Ludimila foi para o exterior sem a documentação necessária, visto que, conforme seu relato, foi impedida de permanecer nas cidades em que passava, por conta da prostituição, obrigando-a migrar de cidade em cidade cada vez que era pega pela polícia se prostituindo. Em alguma dessas abordagens, Ludimila relata que foi presa. Porém permaneceu no país ilegalmente, até que, após inúmeras prisões e mudanças de cidades, resolveu acatar a disponibilidade que juridicamente lhe foi possibilitado de retornar ao seu país de origem.

Ludimila afirma que seu maior pecado é a luxúria. Relembra, a todo o momento da entrevista, acesso a bens de consumo que obteve na Europa com o dinheiro que ganhava com a prostituição, e compara diretamente com as condições depreciativas em que ela se encontra no Brasil. Ela relata estar amargamente arrependida de ter retornado ao Brasil, afirmando que é impossível para uma travesti brasileira ter as mesmas condições financeiras em comparação a uma travesti que vive na Europa. Usando estes comparativos, Ludimila ostenta seu passado, cheio de perfumes, homens bonitos, luxo, e relata que desde que retornou ao Brasil nunca mais pode ter acesso a estas vivências que obteve na Europa.

Ludimila comenta ter descoberto sua sexualidade, ainda com onze anos de idade, porém não enquanto travestilidade, mas ainda num formato em processo de transformação para tal. Além disso, ela ressalta este momento numa experiência dentro de uma situação de abuso sexual, na qual os praticantes de tal ato eram seu tio e seu cunhado. Ludimila acha que estes abusos aconteciam pelo fato de, desde a

infância, sempre ter apresentado um semblante afeminado, e que isto é um fator que incita um interesse sexual em relação a outros homens. Porém, ansiosamente ela conclui esta reflexão dizendo que era seu destino, não culpabilizando ninguém por passar todas estas situações citadas.

Aos 15 anos, Ludimila é expulsa de casa pela família. A mesma não explica exatamente a razão pela qual tal fato ocorre, porém, frente a esta situação, Ludimila vai morar com um homem que conhece na região central da cidade. Pelo que indica, este homem provavelmente trabalhava com tráfico de pessoas ou mesmo acolhendo travestis, auxiliando-as em seu processo de transformação do corpo e viagens para trabalhar no mercado sexual europeu, entretanto, cobrando altas taxas por este “acolhimento”, que normalmente é pago com o dinheiro conseguido através da prostituição. A este comércio se dá o nome popularmente de “cafetinagem”, sendo nomeado “cafetão” ou “cafetina” os responsáveis pelo negócio.

Segundo Ludimila, este homem a ajudou nas transformações de seu corpo para se tornar travesti, pagando as cirurgias do nariz e da colocação de próteses de silicone nos seios, bem como a auxiliou em sua viagem para Europa sem passaporte e visto.

Quando Ludimila chegou à Itália, já tinha um esquema de habitação estruturado, bem como de prostituição, sendo todos indicados por este homem aqui no Brasil.

Durante todo o período em que permaneceu na Europa, Ludimila trabalhou como profissional do sexo. Ela relata em seu discurso os acessos a bens de consumo que teve pela via da prostituição: perfumes caros, roupas de marca e

glamour são exaltados a toda momento da entrevista. Também relata a compra de um apartamento aqui no Brasil, no qual sua irmã atualmente reside.

Quando teve que retornar ao Brasil, Ludimila morou com sua irmã durante dois meses. Porém, após este período, esta irmã a expulsou do local, dizendo que a escritura do apartamento estava em seu nome, sendo que Ludimila não teria como comprovar sua compra.

Neste momento, Ludimila fala sobre o uso de drogas e a situação de rua. Reforça a questão da qualidade de vida na Europa, até mesmo em relação aos atributos da droga em comparação ao Brasil, relatando que a qualidade da cocaína usada na Europa era melhor da que é vendida no Brasil. Comenta que recebia trezentos euros para fazer uso de cocaína “de qualidade” (SIC) com os clientes na Europa.

Quando indagada sobre a relação de ser travesti e estar em situação de rua, Ludimila separa ambas, relatando que quando jovem, viveu muitos momentos felizes. Comenta acerca de sua beleza na época, subentendendo ser requisitada e invejada dentro deste universo de luxúria que ela vislumbra nostalgicamente.

No final da entrevista, Ludimila acusa diretamente o fato de ter vindo para o Brasil, como causa da sua dependência química e da condição de estar em situação de rua. Ressalta também o uso de tranquilizantes, como uma forma de mascarar tais sentimentos que a agonizam frente a condição de estar em situação de rua.

Por fim, em diversos momentos do seu discurso, Ludimila se questiona buscando uma resposta para sua condição. Relata procurar na igreja evangélica

esta resposta para seus sofrimentos, mas que estava percebendo que o seu grande problema era a falta de dinheiro para retomar os acessos ao luxo, perdidos por ter vindo para o Brasil. Demonstrou muita ansiedade e nervosismo durante toda entrevista.

7- ANÁLISE DOS DADOS: O SENTIDO DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NA POPULAÇÃO LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA

A análise do registro das observações e das entrevistas realizadas que envolveram diretamente o tema sobre a população LGBT em situação de rua é apresentada a partir da divisão de 5 categorias, que emergiram desta análise. Dentro de cada uma delas se definidos os núcleos de sentidos, indicando os sentidos que se filiam ao(s) sofrimento(s) ético-político(s).

Desde já, é relevante ressaltar a compreensão do cenário onde estes sujeitos permanecem, sendo que a realidade, muitas vezes, os desqualifica e até os impede de alcançar novas veredas e seguir caminhos diferentes dos atuais. A presente pesquisa demonstra que não se pode culpabilizar, exclusivamente, o albergue e os sujeitos que participaram da pesquisa pelas dificuldades encontradas. Tais dificuldades fazem parte de complexas condições socio-históricas. Estas problemáticas caracterizam as limitações deste cenário de desigualdade social e da forma como são vividas singularmente. O albergue é fruto das mediações entre Estado / Capital / Cidadão, e repercute diretamente no sofrimento cotidiano destes sujeitos.

7.1 *Família*

Dentro da trajetória de vida dos sujeitos entrevistados, a família se insere em papéis curiosamente contrastantes. Da mesma forma em que ela surge como

imaginário de um porto seguro, no caso de Felipe, que nunca teve família, para Ludimila ela assume o papel de vilã. Já para Mariana, o fato do não reconhecimento da sua sexualidade foi um fator relevante em sua adolescência como complicador na construção de sua identidade:

Mariana: *Olha, com quatorze anos eu deixei bem claro (sua homossexualidade). Comecei a mudar a aparência, a maneira de se vestir, já comecei a me tornar mais masculina. Eu não me defino como homem, eu sou mulher, eu gosto de mulher e sou mais masculina, só isso. Foi assim, eles não gostaram muito no começo, foi bem complicado. Eu arrumei esse namorado justamente em função da minha família, que sempre falavam que era errado. Até eu mesma, até me admitir com quatorze anos, eu não me aceitava, achava que isso era errado, em função da sociedade.*

Entretanto, Felipe comenta que sua trajetória de vida poderia ter sido diferente com a presença de um apoio familiar:

Felipe: *Eu acho que a minha vida ia ser totalmente diferente, se eu tivesse tido o apoio tanto da minha mãe, como dos meus tios, avós ou sei lá. Porque eu não tive, eu já tentei procurar minha mãe, sabe? Mas nunca achei minha mãe, eu fui até num programa de televisão procurar minha mãe lá em Maringá, quando eu tava lá, depois que eu sai do orfanato, pra ver se eu achava minha mãe, e nunca achei. E eu sinto falta da família também.*

Já Ludimila, aponta a família como uma das causadoras de sua condição atual. Também associa à família a descoberta da sua sexualidade, dentro de situações de abuso sexuais executadas por parentes.

Ludimila: *Foi assim, a minha irmã, quando eu tinha quinze anos me botou pra fora de casa.*

Ludimila (acerca de suas primeiras experiências sexuais): *Com onze anos. Começou com meu tio, irmão da minha mãe, e meu cunhado, marido da minha irmã. Tudo dentro de casa, tudo em família.*

Apesar de muito diferentes, as 3 trajetórias de vida apresentam a família inserida em situações de perda, abandono ou indiferença, seja por conta do sujeito ou pela própria depreciação dos vínculos familiares. Para exemplificar, Mariana relata sobre seu distanciamento da família em consequência do agravamento de sua dependência química:

Mariana: *Ah, infelizmente eu não ligava mais para eles, porque eles me julgavam muito. Porque eu sei que eu aprontei muito para que eles fizessem isso.*

Para Paugam (2003), a quebra ou a fragilidade dos vínculos com a família produzem a desqualificação social entre a população muito pobre e é o passo fundamental da sua entrada na rua. Esta ideia vislumbra o peso da vulnerabilidade em que as trajetórias dos sujeitos citados estão inseridas, levando-os ao empobrecimento, e conseqüentemente, à condição de estar em situação de rua.

As experiências relatadas de família estão diretamente ligadas à questão da sexualidade, porém de uma forma depreciativa:

Felipe: *Começou lá, inclusive começou lá com um funcionário, que eu acho que ele é que seduzia agente, só que ele disfarçava bem, assim, ele era bi também. Tudo começou através dele.*

Percebe-se que o núcleo dos sentidos atrelados à família na trajetória de vida destes sujeitos está nitidamente associado a sentimentos de perda, abandono e indiferença.

Inspirados em Espinosa (2007), podemos afirmar que tais sentimentos diminuem, nestes sujeitos, suas potencialidades de ação, colocando-os em um processo servil que se repetirá ao longo de suas trajetórias. Este processo os mantém orientados por ideias inadequadas: a da “normalidade” da evasão de seus lares, num entendimento de que “quem sai é quem está errado”, principalmente nos relatos de Mariana e Ludimila, mesmo esta última trazendo sentimentos de ódio e mágoa pelo ocorrido. Mariana até mesmo justifica sua saída, quase como necessária, subentendendo-se que “atrapalharia” sua avó, caso permanecesse.

A família está inserida em contextos de ideias e valores que normatizam e patologizam os sexos. Portanto, a vida familiar é produtora de maus encontros, despotencializadora que enreda os seus sujeitos na teia de sofrimento, porém, não pela intolerância pontual de cada uma delas.

7.2 Trabalho

O fenômeno da exclusão social é diretamente relacionado à dificuldade em adquirir uma ocupação que proporcione ao sujeito independência e autonomia.

Escorel (1999) analisa este fenômeno, atrelado aos frágeis, ou mesmo ausentes, vínculos nas relações familiares da população em situação de rua. Para esta autora, também existem, neste cenário, dificuldades para estabelecer e manter vínculos empregatícios, sendo que a precariedade em que eles se constituem, faz com que permaneçam constantemente ameaçados de ruptura.

Num mercado advindo da inserção capitalista, segundo Singer (1979), as barreiras sociais segregam a partir de preconceitos como gênero, raça, dentre outros. Nele é possível encontrar também questões advindas da orientação sexual e identidade de gênero.

Felipe e Mariana são unânimes em afirmar as dificuldades acerca da inserção no mercado de trabalho de homossexuais homens mais “efeminados”, ou “masculinizadas”, no caso da homossexualidade entre as mulheres:

Felipe: *Não, graças a Deus não tenho aparência de gay. A não ser que eu falasse e os ambientes que eu frequento. Porque pra conseguir um trabalho eu conseguiria. Não, não, realmente para mim seria muito mais fácil.*

Mariana diz que para conseguir um trabalho, ela precisa “esconder” sua homossexualidade, bem como mascarar os “identificadores masculinizados” que ela agrega em sua identidade:

Mariana: *Eu não posso procurar trabalho de jeans e camiseta, tenho que por roupa de patricinha. Eu não gosto, me incomoda, mas é assim que tem que ser (...) eu trabalhei como estagiaria uma vez, minha patroa falava: ‘ não vem igual a um homem totalmente’.*

Mariana: *Eu era do suporte dentro da agência, então eu só lidava com gente que tinha dinheiro, na verdade. O atendimento era direto com o pessoal mais qualificado do banco, bem entre aspas. Então eu tinha que usar salto, calça social, roupa social, maquiagem, brinco, cabelo bem arrumado. Na época meu cabelo era comprido (...) se eu não usasse essa fantasia na postura profissional, eu teria sido mandada embora. É bem assim.*

Os 3 sujeitos entrevistados relataram experiências com a prostituição como acesso a uma fonte de renda. Felipe menciona a prostituição associada ao “mundo gay”:

Felipe: *(...) e foi assim, eu acabei me envolvendo com mundo, o mundo gay, através de um trabalho, que eu tava trabalhando, que eu trabalhava de segurança na rua, no centro de Maringá. Na rua eu comecei a conhecer, como eu trabalhava a noite, numa rua no centro, tinha muita prostituição, tinha travesti, tinha garota de programa, sabe esse mundo? Daí eu acabei me envolvendo também.*

Garcia (2007) aponta que historicamente houve uma aproximação entre o universo homossexual e a prostituição, sendo que tal associação pode ter vindo dos processos de estigmatização a que estes segmentos estão julgados.

Mariana também relata algumas experiências com a prostituição, mas as associa ao fato de estar em situação de rua e da necessidade de conseguir dinheiro com rapidez para sustentar a dependência química:

Mariana: *Foram três homens que não eram do convívio, eram playboys e vieram de fora, jogaram um português claro, fizeram uma pergunta direta, falaram o preço. Eu não tinha dinheiro, não tava a fim de roubar, porque eu já roubei várias coisas, e eu aceitei.*

Ludimila se distingue dos demais. É a única dentre os 3 sujeitos entrevistados que não vislumbra nem se refere a outra forma de trabalho. Por ter provavelmente vivenciado o início da prostituição de travestis no Brasil e na Europa, Ludimila relata com veemência e nostalgia a respeito de suas experiências no mercado sexual enquanto travesti:

Ludimila: *Ser travesti, para mim, foi uma glória. Vivi momentos muito felizes, de verdade. Um travesti que já esteve no auge, eu já fui muito bonito quando era jovem*

Garcia (2007) comenta sobre aparecimento das travestis no mercado sexual nas décadas de 70 e 80. Para ele, a influência do mercado sexual na construção da identidade das travestis não surge apenas como alternativa para obter uma fonte de renda, mas também como cenário de afirmação da feminilidade e do seu poder de atração.

Nota-se que esta categoria está intrinsecamente vinculada a heteronormatividade, onde os espaços de atuação são limitados a partir de regras permeadas pelo estigma. Para Goffman (1988), o estigma é incorporado a uma identidade deteriorada, numa relação em que, conseqüentemente, este sujeito será desvalorizado. Entretanto, a partir da relação dialética entre quem estigmatiza e

quem é estigmatizado, as diferenças são transformadas em desigualdades, “anormalidades”, gerando discriminação.

Sendo assim, o núcleo do sentido dentro desta categoria surge a partir de sentimentos normatizados numa política de identidade regulatória. Segundo Ciampa (2002) ao mesmo tempo em que a política de identidade associa-se a uma identidade coletiva (identidade gay, identidade travesti, identidade negra, etc) elas não correspondem à identidade do sujeito em sua totalidade. No caso, ela se torna regulatória, pois a política se embasa a partir da heteronormatividade, fazendo uso do estigma para limitar e cercear o acesso ao mercado de trabalho e à própria manutenção do vínculo empregatício destes sujeitos. Ressalta-se que, mesmo dentro do mercado sexual, tal política é evidente, normatizando corpos, idade, aparência, dentre outros fatores que podem influenciar numa “aposentadoria”, bem como na própria exclusão do mercado de trabalho dos sujeitos que não se encaixem nestas regras.

Simultaneamente a estes aspectos no processo de construção da identidade desses sujeitos, percebe-se que a política de afetividade descrita por Sawaia (2000) aparece também como importante fator regulatório nesta categoria imbricada à de política de identidade descrita acima. Apesar das tentativas em reverter às normatizações impostas a eles neste processo, na maioria das vezes pela via da criatividade, vislumbra-se um cenário onde a desmesura do poder se defronta com as potencialidades de ação, num embate onde o mais fraco acaba cedendo, e conseqüentemente, provocando a inclusão perversa destes sujeitos por sua própria vontade, lutando pela servidão como se estivessem lutando pela sua liberdade.

Concluindo, a relação de servidão é embasada por encontros regulados pela heteronormatividade. As “máscaras” que Mariana deveria usar; a virilidade que Felipe precisaria apresentar (seja enquanto michê, seja enquanto segurança) e a feminilidade que Ludimila deveria possuir, são reguladores que direcionaram a trajetória de vida destes sujeitos no tocante ao trabalho.

7.3 Situação de rua

A condição de estar em situação de rua proporcionou contrastantes encontros comparando a trajetória de vida destes 3 sujeitos. Em todas elas, é evidente que a dependência química foi o fator considerado mais relevante que os direcionou para situação de rua. Felipe comenta sobre este processo:

Felipe: *Cheguei. Cheguei a dormir na rua, principalmente na época do frio mesmo, que tava um frio pesado aqui em SP. Eu dormia na rua, porque às vezes a gente não conseguia pernoite pelo CAPE. A gente ia na praça da Sé, as Kombis passavam, pegavam a gente. (...) Há pouco tempo, isso foi agora. Que foi aonde eu me aprofundei muito na droga.*

Mariana também associa o uso de crack à sua condição atual de estar em situação de rua. Ela discorda quando questionada acerca dos fatores desta condição ter sido influenciado pela sua homossexualidade:

Mariana (falando sobre o corte de apoio da família, afirma que não foi devido a homossexualidade): Foi por causa do crack, porque muito antes do crack eu assumi a homossexualidade.

Mariana (falando sobre aceitação de sua família em relação a sua homossexualidade): Aceito, aceito, não é, mas eu ando como eu estou vestida aqui na sua frente com qualquer um da minha família.

Já Ludimila apresenta sentimentos ligados à raiva e a tristeza quando questionada sobre sua condição. Em vários momentos da entrevista, ela faz uso de indicadores comparativos entre Brasil e Europa, numa tentativa de justificar eventos repletos de luxúria vivenciados por ela no período em que viveu na Europa como profissional do sexo. A condição de estar em situação de rua é comparada por ela enquanto características depreciativas que relata sobre o Brasil:

Ludimila: (...) mas eu digo que me arrependi amargamente e preferia morrer drogada na Europa do que morrer mendiga no Brasil.

Ludimila: O Brasil para nós travestis... Travesti não tem dinheiro aqui, não tem valor, você sabe muito bem, você é uma pessoa inteligente. Brasil é Terceiro Mundo, Europa é Primeiro Mundo. Então eu, particularmente, estou comendo o pão que o diabo amassou aqui no Brasil. Eu não renego o meu país, só que eu fui para a Europa com vinte e um anos. Então, com um programa lá você compra um perfume Chanel, com um programa aqui, você compra o quê? Um perfume da Avon? Então o meu pecado maior é a luxúria, e o Satã sabe que o meu ponto fraco é a luxúria. Eu estou me empolgando com você hein, eu vou falar o que eu sinto do fundo do meu coração: eu odeio o Brasil, eu odeio negro, eu odeio ser pobre, odeio miséria.

Curiosamente, ela não se refere da mesma forma em relação ao período em que ficou ilegal na Europa, onde era obrigada a migrar de uma cidade para outra, bem como quando foi presa:

Ludimila: (...) a Itália tem vários paizinhos. Quando você trabalha na estrada como prostituta eles levam para a delegacia e fazem uma folha de expulsão. Um carimbo, uma folha de expulsão do território daquela cidade que você trabalhou, você não pode mais pisar ali. Aí você muda para outra cidade. Quando eu cheguei na oitava cidade, teve a lei de 1996, que quem tivesse qualquer clandestino independente de ser travesti, brasileiro, qualquer outro país, que não seja italiano, pegava seis meses de cadeia. Eu fiquei seis meses preso, depois me soltaram, eu fiquei mais... Pegaram em outra cidade, fui presa de novo. Depois fui para outra cidade... A terceira vez que pegaram eu falei assim: "Ah não, eu não suporto mais". Eu assinei um papel dizendo: "Eu quero retornar ao meu país".

Nem mesmo quando fala sobre dependência química, Ludimila foge da necessidade de depreciação da condição de vida no Brasil em comparação à Europa. Ludimila refere-se ao uso de álcool e tranquilizantes visando amenizar os sentimentos que ela diz serem causados pela situação em que se encontra:

E: Então, deixa eu terminar, você pelo que está me dizendo, isso é uma coisa que te incomoda, não ter dinheiro para poder se cuidar. Não só os luxos, mas o que você acredita. Isso é algo que te incomoda.

Ludimila: Muito, muito. Por isso às vezes eu bebo, para tentar me controlar. Olha, eu daria tudo, eu estou disposta a vender minha alma ao diabo para voltar para a Europa, do que morrer no Brasil mendigo. Se tem uma coisa que eu não suporto é pobreza, não gosto de pobre, sou racista, não nego

São contrastantes e geradores de um grande sofrimento para Ludimila os acessos no cenário da rua. Para os outros sujeitos, a rua também surge como um espaço que impõe normatizações, exigindo uma movimentação dos que habitam nelas. Entretanto, Ludimila retrata com muita clareza esta situação:

Ludimila: *Eu dormi três noites e três dias na Praça Roosevelt.*

E: *Como foi?*

Ludimila: *Não consegui dormir. Cochilava, porque o Sol me incomodava, os meninos jogando bola me incomodava, a polícia me incomodava.*

Escorel (1999) relata que para sobreviver na rua é preciso circular, sendo que a rua impõe esta condição diariamente para seus habitantes. Quando estes começam a acumular pertences, tornam-se mais visíveis, e conseqüentemente, mais susceptíveis à repressão. O estabelecimento de horários da vida cotidiana que a cidade possui reverbera nas ruas e atinge diretamente esta população. A abertura de comércios ou lojas coordena a permanência de pessoas em situação de rua, obrigando-as sair das marquises ou portas de estabelecimentos. Até mesmo a rede socioassistencial regula este processo migratório, na instituição de horários para refeição ou para adentrar nos serviços de acolhida.

Porém, a mesma autora comenta que, mesmo frente à condição de se movimentarem incessantemente, o sujeito que se encontra em situação de rua normalmente estabelece um território de circulação delimitado por ele mesmo. Felipe exemplifica claramente esta situação em sua entrevista:

Felipe: O objetivo maior na rua é a gente procurar alguém que saia com a gente pra pagar, porque como a gente tá em situação de rua, e outra tem que estar bem vestido também, tem que ter toda uma aparência, que é complicado. Então, pra que? Pra ver se a gente consegue se levantar um pouco, ter dinheiro pra comer, pra trocar de roupa, pra ir pra um hotel, ou pra fazer alguma coisa de diferente, sabe? Que as pessoas que estão na rua geralmente a primeira coisa é a aparência, né? Principalmente na Praça da República, né?

E: Você fazia michê mais ali?

Felipe: Mais ali na Praça da República ou algum cinema, né?

A territorialidade, no caso de Felipe, se refere a uma construção socio-histórica da Praça da República como ponto de referência para prostituição masculina de classes com menor poder aquisitivo. Perlongher (1987) refere-se à Praça da República como espaço de encontro para sexo entre homossexuais masculinos de baixa renda. Consequentemente, o surgimento dos michês que estão inseridos na mesma condição econômica se faz presente na dinâmica diária deste espaço.

Ainda sobre a dinâmica da rua, Mariana relata sobre a vulnerabilidade que vivenciava por ser mulher e identificada como homossexual feminina “masculinizada”:

Mariana: É bem mais complicado.

Mariana: Bom, no meu caso é a famosa sapatona, então muitos homens têm essa tara de sair com mulheres homossexuais masculinas, não é nem femininas, porque tem aquela coisa de você não ser mais mulher. Então muitas vezes eles acabam por efeito de drogas, efeito do próprio álcool, acabam se tornando meio agressivos nas palavras, alguns até tentam fazer alguma coisa, isso acontece.

E: Você chegou a ter tentativa de abuso, mesmo?

Mariana: Cheguei, várias vezes.

E: *Só de beijo, ou de estupro, mesmo?*

Mariana: *De estupro mesmo.*

Identifica-se claramente na situação descrita por Mariana, a organização social sexual apresentada por Parker (2002). Mariana não agrega papéis de gênero femininos no cenário da rua, um espaço permeado pelos valores “masculinos”, segundo Frangella (2006). Por isso, ao romper com as regras, ela se torna vulnerável a receber “sanções” diante do feito, tendo em vista que pela organização referente à atividade e passividade descrita por Parker (2002), a mulher submete-se à condição de passividade, e o homem à de atividade. Ela questiona esta ordem a partir do momento em que mantém uma relação homoafetiva com outra mulher e quando sustenta uma identidade “masculinizada” frente a eles:

Mariana: *(...) Na rua os homens são mais grosseiros ainda, a grande maioria deles. Então muitas mulheres acabam vindo para a gente, porque vão ficando carentes. Porque já conheceu quase todas, ficando carentes, carentes, está aí todo dia, então acaba vindo para a gente. Então eu acho que aí a gente acaba gerando...*

E: *Uma revolta nos homens?*

Mariana: *Uma revolta nos homens.*

Percebe-se nas trajetórias de vida dos 3 sujeitos que a dinâmica da rua cerceou as possibilidades de encontros, sejam eles bons ou ruins. Mesmo com a descrição de inúmeros sentimentos em relação à condição de estar em situação de rua, Ludimila os relata por conta da inviabilidade do encontro com a luxúria que a rua não proporciona. Mariana e Felipe discorrem sobre uma solidão vivenciada neste

cenário que só é rompida quando aparece a eminência de serem extraídos deste espaço.

Por fim, conclui-se que é na situação de rua onde se concentram os sofrimentos ético-políticos. Eles sofrem, porém reagem de maneiras diferenciadas. Ludimila, naquele momento, se apresenta paralisada. Demonstra sentimentos, porém não cria possibilidades de encontros para que eles se movimentem. Já Felipe e Mariana buscam maneiras de subverter a situação. Felipe, pela via institucional, frequentando serviços socioassistenciais que lhe possibilitem bons encontros. Mariana faz menção à relação amorosa que vivenciava no momento como fator relevante da sua melhora no tocante ao uso do crack e a reinserção no mercado de trabalho. Ambos demonstram a necessidade de se criar e encontrar caminhos possíveis para suas potencialidades de ação, mesmo diante do cenário regulador que a rua dispõe.

7.4 Drogas e dependência química

O debate sobre uso de drogas é um tema ainda polêmico. Em relação à situação de rua, ele é frequentemente associado à trajetória destas pessoas como uma das causas da condição de estar em situação de rua. Como já descrito na categoria anterior, Felipe e Mariana remetem ao uso mais especificadamente do crack a razão pela qual se encontram atualmente em situação de rua, bem como o processo de perda dos vínculos.

E: Por que você acha que tem tantos LGBT na população de rua?

Felipe: Eu acho que, eu acho que uma parte é as drogas. Eu acho que a droga é fundamental... que aprofunda.

Mariana: Foi por causa do crack, porque muito antes do crack eu assumi a homossexualidade.

Para Ludimila e Rodrigo, a droga surge inicialmente inserida no trabalho, no atendimento de clientes que pagam para fazerem uso com eles, além do ato sexual:

Ludimila: Usava (cocaína), mas os clientes lá pagavam cem euros, que equivale a trezentos reais, para passar uma noite com eles cheirando. Não é como no Brasil que é dez reais uma cápsula de cocaína. Lá na Europa cheira em quantidade maior, os poderosos, não é como no Brasil. O Brasil olha, realmente, infelizmente, eu tenho que dizer a verdade, eu não sou hipócrita. O Brasil é verdadeiramente uma merda e nunca vai mudar, vai ser sempre essa merda.

Felipe: A pedra eu me envolvi assim, foi fazendo programa, saindo com pessoas que usam, então sabe como é que é, assim, então eu acabei me envolvendo, e inclusive ainda sou viciado, eu não consigo largar totalmente.

Faz-se importante ressaltar a peculiaridade do cruzamento das categorias Situação de Rua e Drogas na condição apresentada pelos sujeitos, subentendendo-se que uma seria consequência da outra, e vice-versa. Esta relação dialética faz com que se constitua uma relação de co-dependência. Dentro deste ciclo vicioso, a droga se insere como um dos fatores para perda de vínculos. Ao chegar à rua, seu uso parece se tornar uma necessidade, pois a realidade rígida e cerceadora se

transforma oniricamente em um caminho para saída desta realidade. Assim, a capacidade de sonhar da população de rua se mistura com um permanente estado de devaneio que a droga potencializa.

Neste caso, a droga se apresenta como possibilidade de encontros no cenário da rua. Por outro lado, o afeto que ela proporciona, nos casos relatados, é um afeto de paixão, pois leva à dependência, à perda de autonomia e se baseia na imagem de que ela compõe seus corpos, quando na verdade, está decompondo-o (ESPINOSA, 2007). A imagem, para os 3 sujeitos, é de que ela abre a possibilidade de enfrentar o sofrimento ético-político, quando, contraditoriamente, ela reproduz este sofrimento. Ludimila exemplifica este fator e justifica o uso de álcool para tentar manipular a realidade que não lhe oferece mais a luxúria que ela vislumbrava antes:

Ludimila: *A falta de dinheiro me incomoda! Muito, muito. Por isso às vezes eu bebo, para tentar me controlar. Olha, eu daria tudo, eu estou disposta a vender minha alma ao diabo para voltar para a Europa, do que morrer no Brasil mendigo. Se tem uma coisa que eu não suporto é pobreza, não gosto de pobre, sou racista, não nego*

Concluindo, o sentido para o uso de drogas na trajetória de vida destes 3 sujeitos se divide em 2 períodos, antes de estar em situação de rua e na rua. Antes, o uso se configura como fator relevante na perda dos vínculos, como no caso de Mariana e Felipe, em relação à família e ao trabalho. Já no período de vivência da rua como moradia, a droga se insere como maquiadora de uma realidade bruta e assustadora, que cerceia a possibilidade de ação destes indivíduos.

7.5 A rede socioassistencial

Diante das inúmeras dificuldades apresentadas na trajetória de vida desses 3 sujeitos, a rede socioassistencial surge inicialmente como uma possibilidade de saída da rua e/ou com o intuito de proporcionar e proteger os direitos básicos destes sujeitos, como o acesso a alimentação, a banho e a dormida. Felipe relata sobre algumas atividades que estava executando na época em um centro de referência:

Felipe: *inclusive tava fazendo uns cursos no centro de referência¹⁶, eu acabei largando o curso. Eu entrei em cinco cursos. (...) Tava fazendo curso de marchetaria, musicalização, adereço carnavalesco, bijuteria e empreendedorismo. Eu entrei em cinco curso.*

Felipe comenta sobre suas primeiras experiências quando estava em situação de rua e seu processo de entrada na dinâmica da rede socioassistencial:

Felipe: *Eu dormia na rua, porque às vezes a gente não conseguia pernoite pelo CAPE¹⁷. A gente ia na praça da Sé, as Kombis passavam, pegavam a gente. Eu tava na rua, comendo na rua. Teve uma época que eu passei fome, porque eu não conhecia os lugares que tinham, tipo (...), que a gente chama boca de rango. Ai tem algumas entidades ali no Dorotéia, ali tem o (...), tem algumas igrejas que ajudam. Ai depois eu cheguei a ficar dois meses em outro albergue.*

Mariana relata uma situação conflituosa dentro do albergue, relacionada à sua sexualidade e à da companheira. Entretanto, reconhece que aquele centro de acolhida aborda com tranquilidade a questão da sua orientação sexual:

¹⁶ O nome do serviço foi omitido, visando preservar a identidade do sujeito e da instituição que ele se refere.

¹⁷ Serviço de atendimento 24 horas do município de São Paulo que, na época, regulava a distribuição de vagas para pernoite em centros de acolhida. Além disso, também fazia atendimentos de municípios pelo número 156 que ligavam indicando a presença de população em situação de rua.

Mariana: *Aqui é tranquilíssimo. Mas nós duas já tivemos alguns problemas.*

E: *Do tipo? Você pode contar?*

Mariana: *Olha, é o seguinte, o cara veio dando em cima dela com brincadeiras. Primeiro éramos amigas, aí começamos a namorar.*

E: *Vocês namoram há quanto tempo?*

Mariana: *(...) Tem vinte dias, mais ou menos. Aí eu não sei se o cara tava a fim dela, eu não sei o que aconteceu, só que ela está mais largadinha hoje mas ela é feminina, bem feminina. Então tem muitos caras que dão em cima dela. Ele tava dando em cima dela, mas até aí eu sei que ela não gosta de homem, ele começou a dar beijinho no rosto dela na minha frente, começou a dar abraço forte. Eu não gostei, eu cheguei e falei: “olha, é minha mulher, eu sou mulher dela, e eu não estou gostando disso. Ela já te falou”, porque ela já tinha falado para ele que não era legal, que já estava sendo além da conta e ele não parou. Eu fui falar com ele, e aí chegou um momento que ele conseguiu um emprego e ia morar no emprego. No dia que ele estava indo embora, lá no bagageiro, todo mundo mexendo nas suas malas, ele chegou, deu um abraço nela e apertou por trás, saiu fora. Eu não vi porque eu estava de costas, mexendo na minha mala também. Então já aconteceu esse tipo de coisa, é bem complicado, mas eu acho que foi um caso isolado. Pelo menos desde que eu ando em albergue, é a primeira vez que eu vejo. Infelizmente foi comigo, mas foi um caso isolado.*

Por outro lado, Ludimila discorre sobre diversos sentimentos depreciativos em relação ao albergue. Relata também sobre a questão do reconhecimento de sua identidade de gênero em relação ao uso do banheiro. Ressalta-se que uma das dificuldades encontradas pelos albergues no acolhimento de travestis e transexuais, é referente ao uso de espaços como banheiro e dos quartos, já que os mesmos são divididos tradicionalmente entre o sexo biológico feminino e masculino. No caso em questão, o centro de acolhida oferece a esta população a possibilidade de escolha, podendo inclusive fazer uso do banheiro privativo, se desejar e dependendo da disponibilidade. Em relação à divisão dos leitos, o albergue procura acolher as

travestis e transexuais em leitos femininos, visando diminuir a vulnerabilidade à violência sexual que ocorre quando os mesmos pernoitam em leitos masculinos:

Ludimila: *Para mim a experiência em albergue é uma coisa horrível. Porque para mim é a primeira vez que eu moro em albergue. Não é que eu estou cuspiendo no prato que eu estou comendo, só que no café da manhã o pão é duro, o sabor da manteiga você não sente, a refeição não é feita com alho e cebola, é salitre. Para nós, travestis, o banheiro é difícil, porque não dá para usar o banheiro das mulheres nem dos homens, aí tem os banheiros das gays e travestis, mas que os homens invadem, porque o nosso banheiro é quente e o deles é morno. Aí eles, sem respeito, sem educação, invadem o nosso banheiro.*

A questão da prática sexual dentro do banheiro dos albergues é um dilema para estas instituições. Se por um lado, tal prática é reconhecida dentro da cultura gay, por outro, os serviços se veem atados e dificilmente se dispõem a entender esta situação, argumentando que necessitam manter e regular a ordem na dinâmica da instituição. Porém, a fronteira entre o público e o privado para quem está em situação de rua se reflete a partir de eventos como este descrito. Para Escorel (1999), a constante circulação da população de rua inviabiliza a possibilidade de fixar-se, e, portanto, cerceia os benefícios do ambiente privado. Sendo assim, quando a rede socioassistencial disponibiliza minimamente o reencontro com tal possibilidade, ela é aproveitada, ainda que de uma maneira inconveniente.

Além dos entraves no reconhecimento da sexualidade, Felipe relata sobre outro fator discriminatório de viver em centros de acolhida:

Felipe: *É muito variado, sabe? Eu analiso assim, quando a gente tá no albergue eu acho que é muito mais difícil você conseguir um emprego lá fora. Por que o que acontece, você*

dá um endereço de que você mora em um albergue, eu acho que existe discriminação, também.

Por ser considerado um espaço de permanência momentânea, os centros de acolhida muitas vezes não proporcionam aos seus frequentadores um atendimento com enfoque socioassistencial, sendo que estes deveriam fazer o acolhimento viabilizando o resgate dos vínculos perdidos no processo de exclusão social da trajetória de vida destes sujeitos. Porém, em muitas situações, os centros de acolhida acabam se tornando apenas locais de rápida passagem, onde as demandas dos seus frequentadores sequer são levantadas pelo serviço.

Em diversos atendimentos à população em situação de rua que realizei, inúmeros deles conseguiam pernoites sequenciais, porém nunca eram acolhidos pelos albergues, ou porque não havia disponibilidade de vaga fixa, ou porque não se adequavam às normas, como chegar no horário ou tomar banho antes de dormir. Em alguns casos os frequentadores sequer foram atendidos pelo serviço social do centro de acolhida, já que entravam somente como pernoite.

Porém, a rede socioassistencial tem como objetivo principal proporcionar a cidadania da população em situação de rua. E é num centro de referência onde se acolhe prioritariamente a população LGBT em vulnerabilidade que Felipe redescobre o seu dom:

Felipe: *Eu por exemplo, não tenho curso nenhum, não sou formado, eu fiz até a oitava serie. Só que eu tenho um dom que Deus me deu, que desde criança eu desenho, eu faço desenho arquitetônico, sabe?*

Quando a rede socioassistencial consegue reativar a potencialidade de ação destes sujeitos, eles se apropriam de suas vidas novamente, passando a refletir e enfrentar, de diversas maneiras, seus sofrimentos ético-políticos. O acesso a direitos básicos é o primeiro passo para reconstrução das vias que levam às suas próprias potências internas. Posterior a isto, a rede socioassistencial necessita de estratégias transdisciplinares, visando provocar encontros que venham a romper com a política de afetividade determinista que se faz presente em todo cenário da rua e conseqüentemente, atingir e reviver a potencialidade de ação destes sujeitos.

Por fim, esta estratégia de ação das redes socioassistenciais ocorre a partir da própria disponibilidade da instituição em fazer parte dos bons encontros, bem como da manutenção diária dos mesmos, no intuito de se manter um processo linear na trajetória de vida de cada sujeito.

8- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva da Psicologia Socio-Histórica, esta pesquisa analisou os sofrimentos na sua dimensão ético-política presentes nas trajetórias de vida da população LGBT em situação de rua. A observação de campo, as entrevistas realizadas com sujeitos desta população, bem como a própria vivência profissional da pesquisadora, ajudaram a conhecer melhor a relação destas pessoas com o cenário em que se encontravam imersas e as influências das suas sexualidades na condição que vivenciavam naquele período, como geradoras de sofrimento.

Conhecer a dinâmica da rede socioassistencial foi um fator relevante para uma análise qualificada deste complexo processo, permitindo-nos compreender melhor os sentidos do sofrimento ético-político, bem como se fazer a reflexão das possibilidades de resgate da potencialidade de ação da população LGBT em situação de rua, num caráter direcionado para a construção e/ou manutenção das políticas públicas da assistência social.

Para além, mas não menos importante, do processo de construção da sexualidade, percebeu-se, por meio da análise da trajetória de vida da população LGBT em situação de rua, que o processo de rompimento com a sexualidade e as normatizações de gêneros hegemônicas possuem raízes as quais resultam no cenário de desigualdade social. É importante ressaltar que estes sujeitos não verbalizam essa desigualdade, sendo que a análise do sofrimento também confirma que eles não sentem que as condições da sexualidade tem relação com a exclusão social que sofrem. No entanto, a trajetória de vida deles demonstra claramente que a

vivência de suas sexualidades influenciou diretamente em seus processos de exclusão social, tornando-os susceptíveis a situações de vulnerabilidade, sejam elas de cunho socioassistencial, ou no tocante à saúde.

A pesquisa organizada pelo Prof. Dr. Marcos Garcia¹⁸, da qual participei na realização das entrevistas, evidencia essa vulnerabilidade. Das 11 pessoas entrevistadas, quase 50% vivem com HIV, afirmando a vulnerabilidade individual e social¹⁹ à infecção pelo vírus nesta população especificadamente.

Os 3 sujeitos entrevistados relatam experiências de tentativas de abuso sexual, 2 deles ainda na infância ou na pré-adolescência. Quando questionados acerca da razão pela qual tais fatos aconteceram, todas as opiniões foram unânimes em levantar a questão da orientação sexual e da identidade de gênero como fator relevante. Sendo assim, a população LGBT em situação de rua, também se torna mais vulnerável a situações de violência de todas as espécies.

A ausência, a depreciação e/ou a perda dos vínculos familiares estão presentes nas 3 trajetórias de vida apresentadas. Considera-se que estes fatores, atrelados ainda à questão de sexualidades não hegemônicas, potencializam a possibilidade de tais sujeitos deixarem seus lares. Em consonância a esta conclusão, equiparam-se os estudos de Whitbeck et al. (2004), nos quais, afirmam que os jovens LGBT são mais vulneráveis a serem expulsos ou saírem de casa em comparação aos jovens heterossexuais. Seus estudos também apontam que 20%

¹⁸ Pesquisa realizada em 2010, com parceria entre a Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aids (NEPAIDS) do Instituto de Psicologia da USP. Artigo em vias de publicação.

¹⁹ Termo utilizado pela Prof. Dr. José Ricardo Ayres. Vide AYRES, J.R.C.M. *et al.* Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In: BARBOSA, R. e PARKER, R. (orgs.). **Sexualidades pelo avesso: Direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: IMS-UERJ. Editora 34, 1999, p. 49-72.

dos jovens em situação de rua de cidades localizadas na Costa Oeste norte-americana se identificam como LGBT. Infelizmente, ainda não existem dados quantitativos referentes a esta população no Brasil. Os censos sobre população em situação de rua realizados na cidade de São Paulo não apresentam indicadores que aludam a esta demanda especificadamente.

Além disso, a “normalidade” como é encarada pelos três sujeitos entrevistados em relação a este processo de evasão de seus lares, se apresenta como um fator a ser discutido em profundidade. Uma de suas dimensões fundamentais é a “política de afetividade”, expressão usada por Sawaia (2000) para se referir aos padrões dominantes das emoções.

A família representa neste cenário, o ator social que carrega em seu papel o dever de instaurar e gerir esta política. Sendo a família um produto determinada por uma construção socio-histórica, a política de afetividade é regulada por diversos fatores advindos deste processo. Um deles é influenciado pela normatização social da heterossexualidade e dos papéis de gênero. Diante disto, a família assume o papel regulador que é vivenciado nas relações cotidianas, orientadas pela política de afetividade.

Espinosa diria que aqui se estabelece uma relação de servidão, que despotencializa os sujeitos para a vida e a autonomia. Medo, humilhação e a negação dos desejos enredam esta população em uma relação servil e de co-dependência. Explica-se, sendo assim, o porquê de a evasão destes sujeitos ser vista como “normal”, um ato voluntário deles: imersos nesta relação de servidão, sofrem a depressão de suas potencialidades de ação. A família não proporciona

bons encontros, potencializadores de autonomia - que possibilitariam a indagação sobre a qualidade desta relação servil. Mesmo com a perda ou o distanciamento do vínculo familiar, eles reproduzem emocional e cognitivamente a relação de servidão dentro deste processo determinado pela política de afetividade.

Na categoria trabalho, é possível visualizar a mesma relação servil produzida pelo sofrimento ético-político. Permeado pela desqualificação social (Paugam, 2003), a população LGBT em situação de rua é direcionada para o lugar do abjeto, inviabilizando acessos ao mercado de trabalho, e conseqüentemente, aumentando o número de pessoas que atuam no mercado informal ou no mercado do sexo. Considera-se que esta situação, socialmente determinada, explica o processo de inclusão perversa (SAWAIA, 2000).

Na tentativa desvairada de atenuar a realidade bruta que lhes salta à vista, para estes sujeitos, as drogas se apresentam falsamente como atalho para manter vivo o que o cenário da rua demonstra ser inviável. Ainda atravessadas pelo processo da inclusão perversa, as trajetórias de vida da população LGBT em situação de rua, acabam colaborando com o que Escorel (1999) comenta sobre a impossibilidade de se elaborar projetos de futuro dentro do cenário da rua. Sendo assim, a droga viabiliza “dissimuladamente” a capacidade de sonhar da população LGBT em situação de rua. Quando sonham, são com resquícios de um passado que já não é mais possível acessar, como no caso de Ludimila, em relação a sua luxúria.

O cenário da condição de se estar em situação de rua torna-se uma fronteira entre a “normalidade” e o lugar do abjeto. A rede socioassistencial surge como via de acesso, na tentativa de romper os paradigmas que constroem os muros desta

fronteira. Determinar uma política que proporcione direitos básicos a uma população colocada no espaço do abjeto, depende necessariamente de oferecer tecnologias embasadas na afetividade, as quais deverão criar possibilidades de emancipação para esta população. Para tal, a rede socioassistencial deve conscientizar-se de que ela é uma das vias que podem possibilitar a estes sujeitos, indagações acerca da afetividade, proporcionando-lhes bons encontros e instigando-os para o acesso às suas potencialidades de ação. O que, por sua vez, demonstra a necessidade de as redes socioassistenciais refletirem e mudarem seus paradigmas de atuações, muitas vezes somente voltadas às necessidades materiais de abrigo e alimentação. Portanto, faz-se necessário que as redes socioassistenciais sejam capazes de “afetar” e serem “afetadas”, de sentirem o sofrimento ético-político, os desejos desta população, e assim, indagar e combater as políticas de afetividade deterministas.

Conforme se aprende com Espinosa, os afetos são o lugar da ética e da ação política (Espinosa, 2007). Sendo indiferente à valorização do afeto, a rede socioassistencial pode vir a representar a violência marcada nestes sujeitos, ao proporcionar maus encontros na relação com os mesmos, e conseqüentemente, diminuindo suas potências de ação.

Por outro lado, já é possível vislumbrar algumas ações, ainda que iniciais, onde se apresentam estratégias direcionadas a emancipar os sujeitos a partir destes fatores acima citados. Felipe, um dos entrevistados nesta pesquisa, tem sido acompanhado pela pesquisadora num caráter institucional, dentro de um serviço da rede socioassistencial da cidade de São Paulo onde se prioriza o acolhimento à população LGBT em situação de vulnerabilidade. A primeira impressão que se apresenta na identificação de um serviço que prioriza este segmento é uma tentativa

de política pública discriminatória. Porém, foi a partir do olhar especificado para tal questão, que se tornou viável bons encontros para este sujeito, e em decorrência, pluralizou-se o olhar frente as suas possíveis potencialidades de ação. Em meio a inúmeras dificuldades, Felipe foi afetado pela instituição, o que lhe proporcionou acionar emoções e movimentos novos, ou mesmo esquecidos por conta da relação de servidão. Ressalta-se que estimular constantemente a criatividade de Felipe foi uma das estratégias positivas dentro deste processo, o que vem possibilitando sua capacidade de perseverar em sua própria existência.

Neste complexo cenário, consideramos que a Psicologia pode contribuir diretamente na construção de políticas públicas voltadas à população LGBT em situação de rua, agregando às ações socioassistenciais, a dimensão do que é mais humano do homem, o afeto. Além disso, o psicólogo deve representar o indagador e a resistência frente às políticas de afetividades determinadas por normatizações que venham a cercear as pluralidades existentes nas sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Andrea Moraes. *Envelhecimento, Trajetórias e homossexualidade feminina*. In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 16, n. 34, dezembro 2010. Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832010000200010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 06 de março de 2011.
- BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BONFIM, Z. A. C. *Cidade e Afetividade: Estima e Construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e São Paulo*. Edições UFC, Fortaleza, 2010
- BOVE, Laurent. *Espinosa e a Psicologia Social: ensaios de ontologia política e atropogênese*. David Calderoni (Orgs). Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2010.
- BRANDÃO, I. *Afetividade e participação na metrópole: uma reflexão sobre os dirigentes de ONGs da cidade de Fortaleza*. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BREMMER, JAN (org). *De Safo a Sade: Movimentos da história da Sexualidade*. Tradução: Cid Kipnel Moreira. Campinas. Papirus, 1995

BUTLER, Judith. *Corpos que Pesam: Sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO. G.L. (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 1999.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

CHAUÍ, M. *Espinosa – uma filosofia da liberdade*. São Paulo, Ed. Moderna, 1995.

CIAMPA. A. C. *Políticas de Identidade e Identidades Políticas*. In: Dunker, C. I. L. & Passos, M. C. (orgs). *Uma Psicologia que se interroga: ensaios*. Edicon, São Paulo, 2002.

ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ESPINOSA, B. *Ética*, 1ª Ed., São Paulo: Ed. Autêntica, 2007

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*: Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7ª. Edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

FRANGELLA, SM. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*, 2004 Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FRY, Peter. *Pra Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1982.

GARCIA, M. R. V. *“Dragões”: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda*. São Paulo, 2007, 148p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

GARCIA, M. R. V. et al. Interfaces entre orientação sexual e o processo de desafiliação na população LGBT em situação de rua de São Paulo. In: Revista Psicologia – Teoria e Prática. No prelo.

GOFFMAN, Erving. *Estigma; Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Editora Guanabara: Rio de Janeiro, 1988

GREEN, James. *Além do Carnaval: Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX*. Editora Unesp. São Paulo, 1999

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par – Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Garamond Universitária. Rio de Janeiro, 2004.

LANE, S.T.M. A Psicologia Social e uma Nova Concepção do Homem para a Psicologia. In: LANE, S.T.M. e CODO, W. (orgs.). *Psicologia Social. O Homem em Movimento*. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LANE, S. Emoções em pensamento: uma dicotomia a ser superada. In: BOCK, A. (Orgs). *A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003

LEITE JUNIOR, Jorge. *“Nossos Corpos Também Mudam”*: Sexo, gênero e a invenção das categorias “Travesti” e “Transexual” no discurso científico. São Paulo, 2008, 230p. Tese (Doutorado). Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de história oral*. 4ª ed. São Paulo: Loyola; 2002.

MOLON, Susana I. *Constituição do sujeito, subjetividade e sofrimento ético-político*. In: II Seminário Internacional de educação intercultural, gênero e movimentos sociais: identidade, diferença e mediações. UFSC-FURB-UP. Florianópolis, 2003.

PARKER, Richard. *Abaixo do equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Editora Record. Rio de Janeiro, 2002.

PARKER, R., DANIEL, H. *Aids e a Terceira epidemia: dois olhares se cruzam numa noite suja*. Editora Iglu. São Paulo, 1991.

PAUGAM, S. *Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Editora Cortez. São Paulo, 2003.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. Editora Annablume. São Paulo, 2009.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: A prostituição viril em São Paulo*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção Social da Masculinidade*. Editora UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ. Belo Horizonte, 2004.

SAWAIA, Bader (orgs). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes: Petrópolis, 2002

SAWAIA, Bader . *A emoção como locus de produção do conhecimento – Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa*. In: III Conferência de Pesquisa Sócio-cultural. UNICAMP. Campinas, 2000 Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1060.doc>. Acessado em 18 Julho de 2010.

SAWAIA, Bader B. Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia e Sociedade*. Florianópolis, V.21, n.3, 364-372, dez de 2009.

SAWAIA, Bader B. “Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos. In: LANE, Silvia T. M. e SAWAIA, Bader B. (orgs.) *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo : EDUC: Brasiliense, 1995.

SILVA, Alexandre Soares da. *Marchando pelo arco-íris: da política a parada orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. São Paulo, 2006, 636p. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VYGOTSKY, L.S. *Formação Social da Mente*, 5.ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1994

VYGOTSKY, L. S.A construção do pensamento e linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

WANDERLEY, *Mariângela Belfiore*. *Refletindo sobre a noção de exclusão*. In: SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

WEEKS, Jeffrey. *O Corpo e a Sexualidade*. In: LOURO. G.L. (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 1999.

WHITBECK, L. B. *et al.* Mental Disorder, Subsistence Strategies, and Victimization Among Gay, Lesbian, and Bisexual Homeless and Runaway Adolescents. *The Journal of Sex Research*, v. 41, n.4, p. 329-342, 2004.

ZAMBRANO, Elizabeth. *Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais*. Horiz. Antropol., Porto Alegre, v. 12, n. 26, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832006000200006&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Maio 2009. Pré-publicação

ZOZZÓLI, C. D. *“A criança migrante no contexto escolar: uma análise centrada na afetividade”*. Dissertação (Mestrado). Programa de estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Título da Pesquisa: Homossexuais em situação de rua: trajetória de vida, sociabilidade e vulnerabilidade ao hiv
2. Objetivo: pretende-se investigar a trajetória de vida homossexuais em situação de rua, com o intuito de analisar as formas pelas quais se interseccionam neste segmento as formas de segregação e marginalização associadas à miséria econômica e à orientação sexual.
3. Método: Como método principal de coleta de dados serão utilizadas 10 entrevistas abertas com homossexuais em situação de rua. Os dados serão submetidos à análise qualitativa de conteúdo.
4. Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é o Professor Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia que pode ser encontrado pelo telefone 15-3229-5948, pelo endereço eletrônico mgarcia@ufscar.br ou no endereço: UFSCAR - Rodovia João Leme dos Santos - Km 110 - Bairro do Itinga - Sorocaba - SP - CEP: 18052- 780
5. Garantia de saída: é garantida a liberdade da retirada de seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar deste estudo,
6. Direito de confidencialidade: será preservada sua identidade, assim como as identidades de todas as pessoas por você referidas;

Eu, _____ acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou do que foi lido para mim, descrevendo o estudo "Homossexuais em situação de rua: trajetória de vida, sociabilidade e vulnerabilidade ao hiv".

Concordo voluntariamente em participar deste estudo, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo,

Assinatura do sujeito

São Paulo, / /
Local Data

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito/paciente ou de seu representante legal para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pelo estudo

São Paulo / /
Local Data